

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	23
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	24
2.5 Medições não contábeis	25
2.6 Eventos subsequentes as DFs	26
2.7 Destinação de resultados	27
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	30
2.10 Planos de negócios	31
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	42
5.2 Descrição dos controles internos	51
5.3 Programa de integridade	55
5.4 Alterações significativas	59
5.5 Outras informações relevantes	60

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) as demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia apresentou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 condições financeiras e patrimoniais adequadas para desenvolver as suas atividades, implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Exercício findo em 31 de dezembro de		
(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2024	2023
Lucro Líquido	94	6
EBITDA ⁽¹⁾	1.503	1.401
Patrimônio líquido	1.623	1.580
Endividamento bruto ⁽²⁾	8.715	8.388
Endividamento líquido ⁽³⁾	7.718	7.605
Caixa e equivalentes de caixa (considera títulos e valores mobiliários circulante e não circulante)	997	783
Índice endividamento líquido/endividamento bruto + Patrimônio líquido ⁽⁴⁾	0,7	0,8
Índice endividamento líquido/EBITDA ⁽⁵⁾	5,13	5,43

(1) EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, em consonância com a Instrução CVM nº 156/22, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR. O EBITDA consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e dos custos e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”). O EBITDA não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. Não poderá também ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos. O EBITDA não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para reconciliação do EBITDA para o lucro líquido, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(2) O endividamento bruto refere-se à soma do saldo de empréstimos e financiamentos (incluindo encargos), debêntures e instrumentos financeiros derivativos, líquidos (circulante e não circulante). Para reconciliação do endividamento bruto, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(3) O endividamento líquido corresponde ao endividamento bruto deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante e não circulante). O endividamento líquido não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o endividamento líquido de maneira diferente da Companhia. A administração da Companhia entende que a medição do Endividamento Líquido é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira. Para reconciliação do endividamento líquido, verificar a seção “2.5 – Medições não contábeis - Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras”.

(4) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pela soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido consolidado.

(5) Índice representado pelo endividamento líquido dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Em dezembro de 2024, a dívida líquida, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 7.718 milhões (dívida bruta de R\$ 8.715 milhões), apresentando um crescimento de 1% (R\$ 113 milhões) em relação a dezembro de 2023. Em relação à segregação do saldo devedor, a Companhia possui 83% da dívida contabilizada no longo prazo e 17% no curto prazo.

Índices de Liquidez	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2024	2023
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,03	1,10
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques/Passivo Circulante)	1,03	1,10

Considerando que a Neoenergia Pernambuco apresenta índices de liquidez compatíveis com o setor, a Diretoria entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais para dar continuidade às suas atividades.

Adicionalmente, caso se identifique a necessidade de acessar o mercado para financiar seus investimentos ou para captar recursos para capital de giro, os Diretores entendem que a Neoenergia Pernambuco tem capacidade para contratá-los, visto que atualmente tem acesso a fontes de financiamento para o desenvolvimento de seus negócios.

Outros eventos relacionados a situações não administráveis pela Companhia são comentados nos itens subsequentes, assim como seus potenciais efeitos sobre a liquidez.

b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução no último exercício social:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2024		2023	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Capital de Terceiros	12.691	88,66%	12.165	88,50%
Capital Próprio	1.623	11,34%	1.580	11,50%
Total	14.314	100%	13.745	100%

Nota: O Capital de Terceiros considera Passivo Circulante e Não Circulante. O Capital Próprio considera o valor do Patrimônio Líquido.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024, a participação de terceiros representava 88,66% do passivo total da Companhia, 68,67% deste valor é referente à sua dívida bruta, refletindo os investimentos em crescimento orgânico, aquisições e instalações de novos equipamentos em unidades existentes.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Neoenergia Pernambuco apresenta capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira robusta que busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com o ciclo econômico de suas atividades.

As dívidas da Companhia têm aval de sua controladora, a Neoenergia S.A. Os contratos com cláusulas de *covenants* estão sujeitos aos índices apurados no nível individual e na Holding Neoenergia e esses são apresentados logo abaixo:

Indicador Neoenergia Pernambuco	Valores em R\$ MM	
	2024	2023
Dívida Líquida	7.718	7.605
EBITDA	1.505	1.401
Dívida Líquida/EBITDA	5,13	5,43

Fonte: DFP Neoenergia Pernambuco

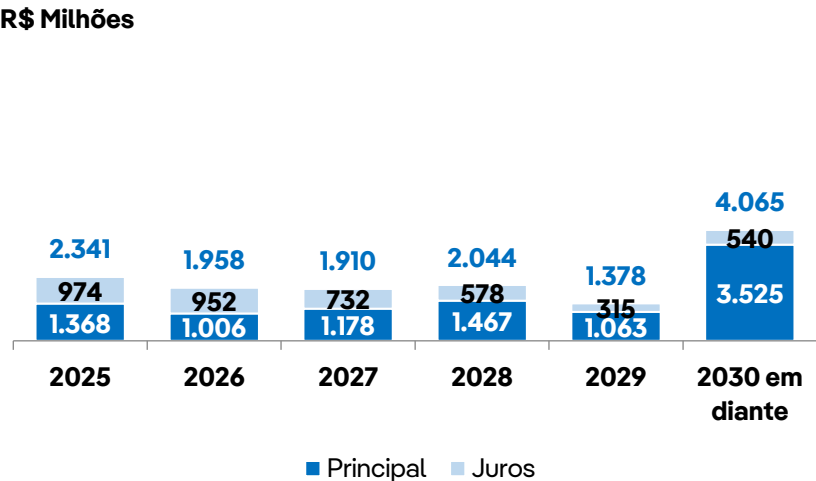
Indicador Neoenergia	2024	2023
Dívida Líquida/EBITDA	3,45	2,58

Fonte: DFP Neoenergia.

Cronograma de amortização, com data-base de 31/12/2024:

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas de mercado futuro para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2024. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2024, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais



	Principal	Juros	Instrumentos derivativos	Total
2025	1.617.185	791.435	(67.519)	2.341.101
2026	1.172.434	790.754	(5.286)	1.957.902
2027	1.226.311	648.133	35.577	1.910.021
2028	1.517.145	515.735	11.615	2.044.495
2029	1.106.256	267.721	4.208	1.378.185
Entre 2030 a 2034	3.195.709	420.681	(198.910)	3.417.480
Entre 2035 a 2039	528.025	56.897	-	584.922
2040 em diante	62.209	674	-	62.883
Total	10.425.275	3.492.030	(220.314)	13.696.990

Em 20 de Dezembro de 2023, a Standard & Poor’s – S&P elevou os ratings de crédito corporativo atribuídos à Companhia e suas subsidiárias (Neoenergia Coelba, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Cosern) de ‘BB-’ para ‘BB’ na Escala Global, com perspectiva estável e reafirmou o rating ‘brAAA’ na escala nacional. Este movimento foi reflexo da elevação do Rating soberano do Brasil, em razão da aprovação da Reforma Tributária.

Em 27 de março de 2024, a Standard & Poor’s – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em “BB” na Escala Global e ‘brAAA` na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não circulantes e no capital de giro, a Companhia se utiliza da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros.

A Companhia tem como premissa da sua política financeira diversificar as fontes de financiamento de seus investimentos e capital de giro junto a bancos comerciais, organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, BEI, dentre outros.

A possibilidade de enquadramento prioritário de lastro de capex para posterior emissão de debêntures incentivadas pela Lei 12.431 para o segmento de distribuição foi ampliada pela Portaria MME nº 505, de 24 de outubro de 2016, e posteriormente atualizada pela Portaria MME nº 245 de 27 de junho de 2017. Desde então a companhia vem

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

considerando também esse instrumento como forma de financiamento alternativo ou complementar ao financiamento com os bancos de fomento.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas operações financeiras são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro.

A seguir apresentamos as emissões de debêntures realizadas em 2024 (em R\$ mil):

Ativo	Vencimento	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
14ª Emissão de Debêntures	18/03/2029	CDI + 1,18%	500.000
15ª Emissão de Debêntures	10/12/2030	12,0688%	670.000
Total			1.605.746

Nota: A taxa média calculada considera a ponta passiva das dívidas em moeda estrangeiras, e a conversão dos indexadores a uma taxa nominal, considerando o mês da contratação.

Para informações mais detalhadas sobre os contratos relevante financiamento da Companhia utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Faz parte da estratégia da Companhia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros a geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo. Eventualmente pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de equacionamento de fluxo de caixa.

Ainda que a Diretoria entenda que possui uma gestão de caixa conservadora, a Companhia poderá avaliar a manutenção de linhas de *Credit Facility* junto a algumas instituições financeiras, contratadas para cobrir eventuais necessidades pontuais.

A Diretoria acredita, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, que o saldo e a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros, provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como, por exemplo, expansão orgânica, compra de equipamentos, dentre outros.

A Companhia pretende manter a estratégia adotada nos últimos anos com a concentração do financiamento dos planos de investimento via bancos de fomento, organismos multilaterais e possíveis emissões de debêntures de infraestrutura. Para Capital de Giro os instrumentos comumente utilizados pela Companhia são: Cédulas de Crédito Bancário (CCB), Linhas de 4131 com Swap, Notas Promissórias e Debêntures.

f) Os níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Faz parte da política de riscos financeiros do Grupo Neoenergia, buscar constantemente alongamento de prazo

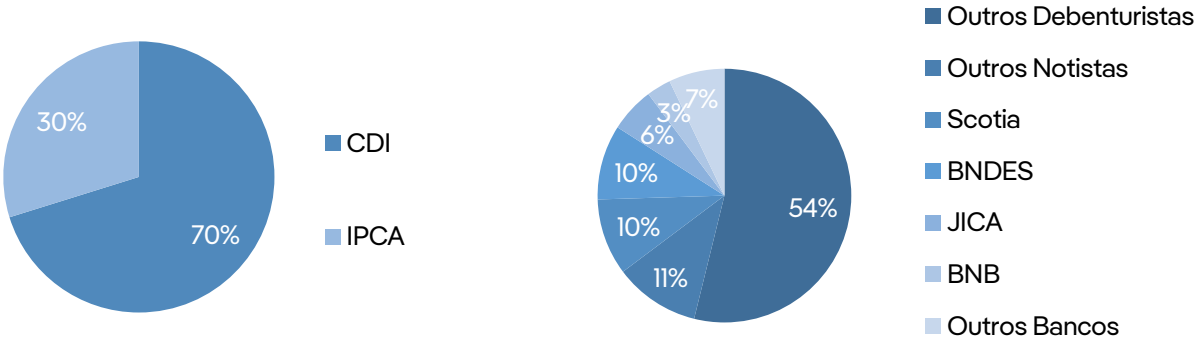
2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e redução de custos da sua dívida. O endividamento total da Companhia é composto pelo somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, conforme apresentado na tabela abaixo:

Estrutura de Capital	Exercício Social terminado em			
	2024		2023	
	R\$ MM	%	R\$ MM	%
Passivo Circulante	3.589	28,28%	3.367	27,68%
Passivo Não Circulante	9.102	71,72%	8.798	72,32%
Total	12.691	100%	12.165	100%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os gráficos e tabela abaixo apresentam as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em 31 de dezembro de 2024 por credor:



A tabela a seguir apresenta os contratos de empréstimo e financiamento mais relevantes em 31/12/2024:

Credor	Início	Vencimento	Valor de principal	Saldo em 31/12/2024
Outros Debenturistas	2018 a 2024	2025 a 2033	4.659.877	4.692.505
Outros Notistas	2021 a 2022	2026 a 2029	950.000	950.908
Scotia	2020 a 2021	2025 a 2026	1.061.083	850.193
BNDES	2019 a 2021	2029 a 2040	817.905	830.266
JICA	2023 a 2023	2033 a 2033	473.640	498.616
BNB	2019 a 2020	2029 a 2029	271.118	271.743
MUFG	2023 a 2023	2028 a 2028	243.727	251.511
Sumitomo	2021 a 2021	2026 a 2026	235.897	226.320
EDC	2020 a 2020	2025 a 2025	142.619	142.837
CEF	2013 a 2013	2025 a 2025	943	946
HSBC			-	(47)
Bradesco			-	(80)
Itaú			-	(1.081)
				8.714.636

Os contratos de empréstimos são utilizados em geral para capital de giro. Os principais contratos de empréstimos vigentes em 31 de dezembro de 2024 são:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- a) Neoenergia Pernambuco x Scotiabank: em 08 de janeiro de 2020, a Neoenergia Pernambuco realizou a contratação de empréstimo junto ao Scotiabank, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 255.594 mil com juros semestrais e amortização no vencimento em 30 de janeiro de 2025. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotiabank.
- b) Neoenergia Pernambuco x Scotiabank: em 11 de março de 2020, a Neoenergia Pernambuco realizou a contratação de empréstimo junto ao Scotiabank, na modalidade Step-up Loan com base na Resolução 4.131 do Banco Central do Brasil. A operação foi contratada no valor total de R\$ 244.400 mil com juros semestrais e amortização no vencimento em 18 de março de 2025. Com o objetivo de eliminar o risco de variação cambial da captação em moeda estrangeira, foi contratada uma operação de swap para CDI com mesmo fluxo de liquidação do financiamento cuja contraparte é o próprio Scotiabank.

Os contratos de financiamentos são voltados para investimentos em infraestrutura. Os principais contratos de financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2024 foram celebrados com órgãos de fomento como BNDES, BNB, JICA&MUFG e EDC:

- a) Neoenergia Pernambuco x BNDES: os programas de financiamento da distribuidora totalizam R\$ 1.359.609.000,00 de valor contratado junto ao BNDES. São contratos de financiamento mediante abertura de limite de crédito rotativo que são destinados a investimentos voltados para infraestrutura (implantação, ampliação e modernização de ativos fixos; aquisição de máquinas e equipamentos; estudos e projetos de engenharia; investimentos ambientais e em P&D).
- b) Neoenergia Pernambuco x BNB: Em 16 de Outubro de 2018 foi celebrado o contrato de financiamento com o BNB no volume de até R\$ 574.698.212,33 com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos seguintes. Em 25 de junho de 2019, ocorreu o primeiro desembolso, no valor de R\$ 318.081.824,01, com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 11 anos. Em 21 de Julho de 2020, ocorreu o segundo desembolso, no valor de R\$ 106.896.868,59, com previsão de pagamento de juros e principal mensal, com prazo de 11 anos.
- c) Neoenergia Pernambuco x EDC: Em 24 de Junho de 2020 foi celebrado o contrato de financiamento com o EDC com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos seguintes. A operação foi contratada no volume total de R\$ 427.057.502,07, com juros semestrais e pagamento do principal em 3 parcelas iguais, a partir do quarto ano, e vencimento em 10 de julho de 2025.
- d) Neoenergia Pernambuco x JICA/MUFG: Em 30 de Março de 2023 foi celebrado o contrato de financiamento com o JICA e MUFG no volume de JPY 12.175.000.000,00, com o objetivo de financiar parte dos investimentos para os anos de 2023 a 2025. O desembolso ocorreu em 20 de abril de 2023: o valor da tranche do JICA foi de R\$ 464.916.000,00, com previsão de pagamento de juros e principal semestral, com prazo de 10 anos; o valor da tranche do MUFG foi de R\$ 238.509.375,00, com previsão de pagamento de juros e principal semestral, com prazo de 5 anos.

As emissões de mercado de capitais representam 77% do endividamento bruto em 31 de dezembro de 2024 e as principais operações estão descritas a seguir:

Neoenergia Pernambuco - 10ª emissão de debêntures (duas séries): em 29 de abril de 2019, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 10ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

300.018.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2024; a segunda com valor de R\$ 200.008.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2025. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Pernambuco - 11ª emissão de debêntures (três séries): em 29 de outubro de 2021, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 11ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 100.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2026; a segunda com valor de R\$ 200.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2028; e a terceira com valor de R\$ 200.000.000,00 e vencimento em 15 de outubro de 2031. A finalidade desta emissão foi utilizar os recursos captados para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).

Neoenergia Pernambuco - 1ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 20 de dezembro de 2021, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 1ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 166.667.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2026; a segunda com valor de R\$ 333.333.000,00 e vencimento em 20 de dezembro de 2028. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro.

Neoenergia Pernambuco - 12ª emissão de debêntures (três séries): em 20 de abril de 2022, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 12ª emissão de debêntures, dividida em três séries: a primeira com valor de R\$ 470.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2027; a segunda com valor de R\$ 330.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2028; e a terceira com valor de R\$ 400.000.000,00 e vencimento em 15 de abril de 2030. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira e segunda série) e investimento (terceira série).

Neoenergia Pernambuco - 2ª Emissão de Notas Comerciais (duas séries): em 04 de julho de 2022, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 2ª Emissão de Notas Comerciais, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 200.00.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2027; a segunda com valor de R\$ 250.000.000,00 e vencimento em 20 de junho de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Pernambuco - 13ª emissão de debêntures (duas séries): em 21 de dezembro de 2023, a Neoenergia Pernambuco iniciou a captação para a 13ª emissão de debêntures, dividida em duas séries: a primeira com valor de R\$ 700.000.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2028, desembolsada integralmente, e a segunda com valor de R\$ 64.254.000,00 e vencimento em 15 de novembro de 2033, desembolsado parcialmente do montante de R\$ 500.000.000,00, a ingressar em 2024. Em 02 de janeiro de 2024 foi desembolsado o restante da segunda série, no valor de R\$ 435.746.000,00. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para capital de giro (primeira série) e investimento (segunda série).

Neoenergia Pernambuco - 14ª emissão de debêntures (série única): em 26 de março de 2024, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 13ª emissão de debêntures no valor de R\$ 500.000.000,00 e vencimento em 18 de março de 2029. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

Neoenergia Pernambuco - 15ª emissão de debêntures (série única): em 19 de dezembro de 2024, a Neoenergia Pernambuco realizou a captação para a 15ª emissão de debêntures no valor de R\$ 670.000.000,00 e vencimento em 10 de dezembro de 2030, desembolsado parcialmente do montante de R\$ 700.000.000,00, a ingressar em 2025. A finalidade desta emissão foi utilizar o recurso captado para investimento.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como de arrecadação de contas de luz, de administração de contas, de escrituração de ações e debêntures, de conta corrente

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e transferências bancárias e de prestação e/ou administração de garantias, de administração e gestão de recursos em fundos exclusivos, derivativos, etc. Todos os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram descritos acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia possui dívidas de natureza quirografária e de natureza real, cujas garantias são constituídas principalmente por aval da Neoenergia, fundos vinculados à dívida ou cessão, vinculação e centralização de recebíveis.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os contratos financeiros do Grupo Neoenergia possuem algumas restrições impostas pelos credores, tais como:

- Limite de endividamento:

A maioria dos contratos restringe o endividamento apenas de forma indireta ao exigir o atendimento de certos indicadores financeiros, tais como Dívida Líquida/EBITDA e EBITDA/Resultado Financeiro, que são apurados na Controladora Neoenergia.

Os contratos de financiamento celebrados com o BNDES para suportar investimentos, possuem restrições para a contratação de novas dívidas sem prévia anuência do credor, caso o nível de alavancagem da Companhia, medido pela relação Dívida Líquida/EBITDA, supere parâmetros pré-determinados.

- Distribuição de dividendos:

A maioria dos contratos não possui restrição para pagamento de dividendos, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações. Algumas dívidas destinadas a financiamento de projetos, tal como dívidas do BNDES, possuem restrições para pagamentos de proventos acima do mínimo legal sem prévia anuência do credor.

- Alterações societárias:

A maioria dos contratos permite alterações societárias desde que realizadas dentro do Grupo Econômico. As dívidas captadas junto ao BNDES não permitem alterações societárias sem prévia anuência.

O Grupo Neoenergia monitora constantemente suas restrições contratuais para que sejam atendidas. No entendimento da Companhia, as restrições dos últimos três exercícios foram atendidas de forma satisfatória.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos foram integralmente utilizados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações financeiras constantes nas demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela DELOITTE Auditores Independentes nos exercícios de 2024 e 2023, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)

Comparação das Demonstrações de Resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2024	AH%	AV%	2023
RECEITA BRUTA	11.734.333	1%	142%	11.591.080
(-) Deduções da receita bruta	(3.485.283)	12%	-42%	(3.118.267)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.249.050	-3%	100%	8.472.813
Custo do serviço	(6.571.527)	-3%	-80%	(6.807.586)
LUCRO BRUTO	1.677.523	1%	20%	1.665.227
Perdas de créditos esperadas	(178.965)	-20%	-2%	(224.749)
Despesas com vendas	(42.183)	-42%	-1%	(73.184)
Despesas gerais e administrativas	(373.926)	1%	-5%	(371.674)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	1.082.449	9%	13%	995.620
Resultado financeiro	(988.602)	-1%	-12%	(993.651)
Receita financeira	130.284	-13%	2%	148.899
Despesa financeira	(946.847)	3%	-11%	(916.186)
Outros resultados financeiros, líquidos	(172.039)	-24%	-2%	(226.364)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	93.847	4666%	1%	1.969
Imposto de renda e contribuição social	(201)	-105%	0%	4.008
Corrente	(39)	-101%	0%	3.604
Diferido	(162)	-140%	0%	404
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	93.646	1467%	1%	5.977

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita Líquida (Valores em R\$ mil)

COMPONENTES DA RECEITA BRUTA	2024	AH%	AV%	2023
Fornecimento de energia	4.863.522	5%	59%	4.616.443
Disponibilidade da rede elétrica	5.549.460	9%	67%	5.091.108
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	221.862	7%	3%	207.053
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais	(217.781)	-141%	-3%	536.564
Receita de construção	861.478	8%	10%	798.504
Valor de reposição estimado da concessão	288.589	43%	3%	201.350
Outras receitas	167.203	19%	2%	140.058
Total da receita bruta	11.734.333	1%	142%	11.591.080
(-) Deduções da receita bruta	(3.485.283)	12%	-42%	(3.118.267)
Total receita operacional líquida	8.249.050	-3%	100%	8.472.813

A composição da receita operacional líquida da Companhia é a seguinte:

Fornecimento de energia elétrica

O fornecimento de energia elétrica, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 4.863.522 mil, que representa 59% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 5% (R\$ 247.079 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.616.443 mil) em função, principalmente do aumento da classe residencial, redução da classe de serviço público (R\$ 137.739 mil) e aumento da reclassificação da receita pela disponibilidade (R\$ 249.494 mil).

Disponibilidade de rede elétrica

A disponibilidade da rede elétrica, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 5.549.460 mil, que representa 67% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 9% (R\$ 458.352 mil), quando comparado a 31 de dezembro de 2023 (R\$ 5.091.108 mil), devido ao efeito do reajuste tarifário.

Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 221.862 mil, que representa 3% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 7% (R\$ 14.809 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 207.053 mil) em função, principalmente, (i) sobras contratuais, que apesar da redução de 2.811 GWh para 928 GWh, houve aumento no PLD médio do NE de R\$ 72,36/MWh para R\$ 118,33/MWh; e (ii) ajustes de recontabilizações e contabilizações de meses anteriores.

Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

Os efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais, em 31 de dezembro de 2024, no montante negativo de R\$ 217.781 mil, que representa 3% do total da receita operacional líquida, apresenta uma redução de 141% (R\$ 754.345 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 536.564 mil de receita), em função, principalmente, (i) redução da CVA de energia/sobrecontratação/risco hidrológico (R\$ 396.600 mil); (ii) redução da CVA de escassez hídrica (R\$ 142.733 mil); (iii) redução da CVA outros passivos tarifários (R\$ 42.242 mil); (iv) redução da CVA TUST (R\$ 89.594 mil); e (v) redução da CVA ESS (R\$ 35.922 mil).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita de Construção

A receita de construção, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 861.478 mil, que representa 10% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 8% (R\$ 62.974 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 798.504 mil) em função, do maior volume de investimentos no ano de 2024, sem impacto no resultado, pois se compensa com o mesmo valor no custo.

Valor de reposição estimado da concessão

O valor de reposição estimado da concessão, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 288.589 mil, que representa 3% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 43% (R\$ 87.239 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 201.350 mil), em função, principalmente, (i) adequação do ativo financeiro mediante estimativa de BRR (Base de Remuneração Regulatória) (R\$ 55.826 mil); e (ii) impacto positivo do aumento do índice IPCA (R\$ 31.413 mil).

Outras receitas

Outras receitas, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 167.203 mil, que representa 2% do total da receita operacional líquida, apresenta um aumento de 19% (R\$ 27.145 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 140.058 mil), com destaque para arrendamentos e aluguéis, em função de novos contratos e reajuste IGPM e IPCA.

Deduções da receita bruta

As deduções da receita bruta, em 31 de dezembro de 2024, no montante negativo de R\$ 3.485.283 mil, apresenta um aumento de 12% (R\$ 367.016 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 3.118.267 mil) em função, principalmente de: (i) aumento do ICMS (R\$ 386.890 mil), impacto do aumento na receita de fornecimento faturado; (ii) redução do PIS/COFINS (R\$ 15.423 mil), acompanha a redução da receita bruta; (iii) redução da CDE (R\$ 10.960 mil), devido ao término das CDE conta-COVID e CDE escassez hídrica.

Custos e Despesas Operacionais (Valores em R\$ mil)

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	2024	AH%	AV%	2023
Energia elétrica comprada para revenda	(3.758.856)	-9%	52%	(4.135.503)
Encargos de uso do sistema transmissão	(993.802)	-2%	14%	(1.014.855)
Não Gerenciáveis	(4.752.658)	-8%	66%	(5.150.358)
Pessoal e benefício a empregado	(435.440)	6%	6%	(410.309)
Administradores	(3.604)	-2%	0%	(3.695)
Serviços de terceiros	(395.295)	14%	6%	(347.956)
Depreciação e amortização	(420.190)	4%	6%	(404.974)
Impostos, taxas e contribuições	(6.171)	-6%	0%	(6.584)
Perdas de créditos esperadas	(178.965)	-20%	2%	(224.749)
Custo de construção	(861.478)	8%	12%	(798.504)
Outros	(112.800)	-13%	2%	(130.064)
Gerenciáveis	(2.413.943)	4%	34%	(2.326.835)
Total	(7.166.601)	-4%	100%	(7.477.193)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A composição dos custos e despesas da Companhia é a seguinte:

Energia elétrica comprada para revenda

A energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 3.758.856 mil, apresenta uma redução de 9% (R\$ 376.647 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.135.503 mil) em função, principalmente de: (i) aumento dos contratos de compras de energia (R\$ 230.643 mil), impacto de novos contratos e reajustes dos preços; (ii) aumento da energia CCEE (R\$ 125.366 mil), aumento do PLD; (iii) aumento da energia MMGD (R\$ 90.970 mil), energia injetada referente a sobra de energia gerada; (iv) redução de energia adquirida contrato Bilateral (R\$ 937.721 mil), devido ao término de vigência do contrato da Termopernambuco (14.05.2024); (v) aumento da energia curto prazo – PLD e MRE (R\$ 98.096 mil), impacto do excedente financeiro e ajustes de recontabilizações de anos anteriores; e (vi) aumento do crédito de PIS/COFINS (R\$ 52.106 mil).

Encargos de uso do sistema de transmissão

Os encargos de uso do sistema de transmissão, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 993.802 mil, apresenta uma redução de 2% (R\$ 21.053 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.014.855 mil) em função, principalmente de: (i) aumento dos encargos de conexão (R\$ 8.646 mil); (ii) aumento do ESS (R\$ 9.726 mil), variação premissa Brasil; e (iii) redução de EER/ERCAP (R\$ 35.306 mil), variação premissa Brasil e PCS (Programa de Contratação Simplificado).

Pessoal, Administradores e Benefício pós-emprego

As contas de pessoal, administradores e benefício pós-emprego, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 439.044 mil, apresenta um aumento de 6% (R\$ 25.040 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 414.004 mil) em função, principalmente, do reajuste salarial 4,09% (ACT) e reajuste do plano de saúde 6,59%, parcialmente compensado com o aumento das transferências para ordens, com destaque para o incremento de horas apontadas.

Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 395.295 mil, apresentam um aumento de 14% (R\$ 47.339 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 347.956 mil) em função, principalmente de: (i) corte e religação (R\$ 13.057 mil); (ii) manutenções de serviços (R\$ 9.366 mil); (iii) atendimento e teleatendimento (R\$ 7.526 mil); (iv) leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica (R\$ 4.534 mil); (v) Tecnologia da informação (R\$ 3.715 mil); e (vi) encerramento de ordem (R\$ 4.046 mil).

Depreciação e amortização

A depreciação e amortização, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 420.190 mil, apresenta um aumento de 4% (R\$ 15.216 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 404.974 mil), devido ao aumento na base de ativos amortizáveis.

Perdas de créditos esperadas

A PCE, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 178.965 mil, apresenta uma redução de 20% (R\$ 45.784 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 224.749 mil), impacto das ações de recuperação pelo plano de cortes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Custo de construção

O custo de construção, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 861.478 mil, apresenta um aumento de 8% (R\$ 62.974 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 798.504 mil), não tem efeito no resultado, pois se compensa com o mesmo valor na receita.

Resultado financeiro (Valores em R\$ mil)

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	2024	AH%	AV%	2023
Renda de aplicações financeiras	68.815	-10%	-7%	76.058
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	64.324	-6%	-6%	68.455
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial	(15.826)	18%	2%	(13.412)
(-) PIS e COFINS s/ receita financeira	(13.020)	18%	1%	(11.023)
Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos	(936.713)	-3%	94%	(968.973)
Benefícios pós-emprego e outros benefícios	(5.521)	-48%	1%	(10.590)
Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais	(40.813)	4%	4%	(39.323)
Outras receitas (despesas) financeiras	(109.848)	16%	11%	(94.843)
Total	(988.602)	-1%	99%	(993.651)

A composição do resultado financeiro da Companhia é a seguinte:

Renda de aplicações financeiras

As rendas de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 68.815 mil, apresentam uma redução de 10% (R\$ 7.243 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 76.058 mil), em função da redução da quantidade de ativos aplicados.

Juros, comissões e acréscimo moratório de energia

Os juros, comissões e acréscimo moratório de energia, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 64.324 mil, apresentam uma redução de 6% (R\$ 4.131 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 68.455 mil), em função da campanha iniciada em dezembro 2024 com a isenção dos encargos para faturas com vencimento acima de 360 dias.

Atualização do ativo/passivo financeiro setorial

A atualização do ativo/passivo financeiro setorial, líquido, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 15.826 mil de despesa, apresenta uma variação negativa de 18% (R\$ 2.414 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.412 mil de despesa), impacto da CVA energia/sobrecontratação/risco hidrológico, ESS e bandeira escassez hídrica, efeito dos custos homologados nos IRT's de 2023 e 2024.

Despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos

As despesas com dívida e instrumentos financeiros derivativos, líquido, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 936.713 mil, apresentam uma variação líquida favorável de 3% (R\$ 32.260 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 968.973 mil). Essa redução foi decorrente dos seguintes efeitos: (i) aumento no volume da dívida (R\$ 64.135 mil); (ii) redução dos juros incorporados aos investimentos (Juros sobre Obras em Andamento - JOA)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(R\$ 1.277 mil); e (iii) redução em função da variação dos principais indexadores - CDI e TJLP - atrelados ao endividamento (R\$ 95.118 mil).

Atualização provisão para contingências/depósitos judiciais

A atualização provisão para contingências/depósitos judiciais, em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 40.813 mil de despesa, apresenta um aumento de 4% (R\$ 1.490 mil), quando comparado com 31 de dezembro de 2023 (R\$ 39.323 mil de despesa), variação sem impactos relevantes.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Valores em R\$ mil)

Comparação das demonstrações dos fluxos de caixa entre os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

FLUXO DE CAIXA (em R\$ mil, exceto %)	2024	VAR R\$	VAR%	2023
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	840.631	936.364	-978%	(95.733)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(870.844)	(66.569)	8%	(804.275)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	245.226	(485.538)	-66%	730.764
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	215.013	384.257	-227%	(169.244)

Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado oriundo das atividades operacionais foi de R\$ 840.631 mil, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, resultando em um aumento de R\$ 936.364 mil, quando comparado ao caixa consumido do ano anterior (R\$ 95.733 mil), com destaque para: (i) aumento do contas a receber de clientes e outros (R\$ 144.940 mil); (ii) aumento de ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (R\$ 658.774 mil); e (iii) aumento dos outros ativos e passivos, líquidos (R\$ 45.671 mil).

Atividades de Investimento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido consumido pelas atividades de investimento totalizou R\$ 870.844 mil, apresentando um aumento de R\$ 66.569 mil, quando comparado ao caixa consumido do ano anterior (R\$ 804.275 mil), principalmente, pela aquisição do ativo de concessão de serviço público (ativo contratual) no montante de R\$ 876.200 mil, variando em R\$ 56.184 mil em relação ao ano anterior (R\$ 819.836 mil).

Atividades de Financiamento

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 245.226 mil, apresentando uma variação negativa de R\$ 485.538 mil, quando comparado com o exercício social de 2023 (R\$ 730.764 mil). Esta variação deve-se, principalmente, ao efeito líquido dos seguintes fatores:

(i) Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures no montante de R\$ 1.607.049 mil em 31 de dezembro de 2024, apresentando um aumento favorável de R\$ 136.548 mil em relação a 2023 (R\$ 1.470.501 mil);

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(ii) Amortizações de empréstimos, financiamentos, debêntures e pagamento de custos de captação no montante de R\$ 1.368.105 mil em 31 de dezembro de 2024, com um aumento desfavorável de R\$ 644.713 mil em relação a 2023 (R\$ 723.392 mil); e

(iii) Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 686 mil em 31 de dezembro de 2024, com uma redução favorável de R\$ 38.605 mil em relação ao pago em 2023 (R\$ 39.291 mil).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

2024

A Neoenergia Pernambuco apresenta os resultados de 2024, a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	Ano atual	Ano anterior	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	2024	2023	
(+) Receita líquida	8.249	8.473	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(289)	(201)	Nota 3
(-) Outras receitas	(167)	(140)	Nota 3
= RECEITA Operacional Líquida	7.793	8.132	
(+) Custos com energia elétrica	(4.753)	(5.150)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(17)	(22)	Nota 6
(+) Custos de construção	(861)	(799)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(5.631)	(5.971)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	289	201	Nota 3
= MARGEM BRUTA	2.451	2.362	
(+) Custos de operação	(957)	(859)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(42)	(73)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e adminis	(374)	(372)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	17	22	Nota 6
(-) Depreciação e Amortização	420	405	Nota 6
(+) Outras receitas	167	140	Nota 3
= Despesa Operacional (PMSO)	(769)	(737)	
(+) PCE	(179)	(225)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.503	1.400	
(+) Depreciação e Amortização	(420)	(405)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(989)	(993)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	-	4	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	94	6	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

A margem bruta foi de R\$ 2.451 milhões em 2024 (+4% vs. 2023), impulsionada pelo maior VNR, dado o maior IPCA no período.

2023

A Neoenergia Pernambuco apresenta os resultados de 2023, a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da forma mais transparente o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Ano Atual	Ano Anterior	
Memória de Cálculo	2023	2022	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	8.473	7.931	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(201)	(199)	Nota 3
(-) Outras receitas	(140)	(130)	Nota 3
= RECEITA Operacional Líquida	8.132	7.602	
(+) Custos com energia elétrica	(5.150)	(4.684)	Demonstrações de resultado
(+) Combustível para produção de energia	(22)	(4)	Nota 6
(+) Custos de construção	(799)	(897)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(5.971)	(5.585)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	201	199	Nota 3
= MARGEMBRUTA	2.362	2.216	
(+) Custos de operação	(859)	(793)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(73)	(76)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administr	(372)	(334)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	22	4	Nota 6
(-) Depreciação e Amortização	405	361	Nota 6
(+) Outras receitas	140	130	Nota 3
= Despesa Operacional (PMSO)	(737)	(708)	
(+) PCE	(225)	(177)	Demonstrações de resultado
EBITDA	1.400	1.331	
(+) Depreciação e Amortização	(405)	(361)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(993)	(747)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	4	(66)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	6	157	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

Em 2023, a Margem Bruta da Neoenergia Pernambuco foi de R\$ 2.362 milhões (+7% vs. 2022), impactada positivamente pelo aumento da base de clientes (+2,2%) e volumes superiores, além da variação da parcela B de +14,82% em abril/22.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais


2024

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Pernambuco em 2024 foi de 16.202 GWh, +7,1% vs. 2023.

Em 2024, o consumo residencial consolidou 5.985 GWh, +4,5% vs. 2023, influenciado, sobretudo, por temperaturas superiores no 1ºS24, além do crescimento da base de clientes. O consumo da classe industrial cativa mais livre apresentou aumento de 3,2% em 2024 vs. 2023, explicado, principalmente, pelo bom desempenho do setor de embalagem e plástico. A classe comercial cativa mais livre consolidou 3.108 GWh em 2024, +3,3% vs. 2023, principalmente, por maiores temperaturas no ano. A classe rural cativa mais livre encerrou o ano consumindo 514 GWh, uma redução de 1,9% vs. 2023, principalmente, por maior volume de chuvas, o que gerou uma menor demanda de irrigação. As outras classes (serviço público, poder público, iluminação pública e uso próprio) cativo mais livre totalizaram o ano com 1.939 GWh, um aumento de 3,1% vs. 2023, com destaque para a classe Iluminação Pública.

Na Neoenergia Pernambuco, as perdas totais 12 meses encerraram o 4T24 em 17,93%, acima do patamar regulatório de 15,26%.

2.2 Resultados operacional e financeiro

	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	9,09%	9,19%	9,16%	9,31%	9,60%	8,37%	8,95%	8,95%	8,46%	8,33%	17,46%	18,15%	18,11%	17,77%	17,93%	15,26%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24	Aneel 24
	1.583	1.628	1.648	1.681	1.742	1.457	1.585	1.609	1.528	1.511	3.040	3.213	3.257	3.209	3.253	2.682


NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2024 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2023 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) Limite Regulatório 12 meses.

O DEC de 2024 foi de 10,97 horas, abaixo do patamar regulatório de 11,99 horas. Já o FEC foi de 4,55 vezes, também abaixo do limite regulatório, de 7,09 vezes.

2023

A energia distribuída total (cativo + livre + GD) pela Neoenergia Pernambuco no 4T23 foi de 3.895 GWh, +2,4% vs. 4T22 e em 2023 foi de 15.127 GWh, +2,8% vs. 2022, influenciada, principalmente, pelo aumento da base de clientes (+2,2%) e impulsionada por maiores temperaturas e menor volume de chuvas no período. . A classe residencial apresentou aumento de 6,2% em 2023 vs. 2022. A classe industrial reduziu 19,1% em 2023 vs. 2022. A classe comercial cativa apresentou queda de 6,2% em 2023 vs. 2022. Na classe rural, apresentou queda de 3,0% em 2023 vs. 2022. Por fim, as outras classes também apresentaram decréscimo de 3,0% em 2023 vs. 2022.

Na Neoenergia Pernambuco, as perdas totais de 2023 encerraram em 17,44%, acima do patamar regulatório de 15,25%. Vale destacar, o impacto de +0,19 p.p. referente a migração de um grande cliente para rede básica.

	Perdas totais 12 meses (%)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	Aneel23
	8,60%	8,65%	8,73%	8,89%	9,00%	7,98%	8,04%	8,09%	8,29%	8,44%	16,58%	16,69%	16,82%	17,18%	17,44%	15,25%
	Perdas totais 12 meses (GWh)															
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	Aneel23
	1.474	1.481	1.498	1.535	1.567	1.367	1.376	1.387	1.431	1.469	2.842	2.857	2.885	2.966	3.035	2.586

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2023 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2022 foram ajustados para a apuração definitiva. (2) A tabela normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021 a partir do 3T22, este impacto é nulo a partir do 3T23. (3) Limite Regulatório 12 meses.

O DEC de 2023 foi de 11,31 horas, abaixo do patamar regulatório de 12,43 horas. Já o FEC foi de 5,16 vezes, também abaixo do limite regulatório, de 7,31 vezes.

b) As variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela ANEEL para cada concessionária conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da Neoenergia Pernambuco, o Poder Concedente procederá, a cada 4 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma

2.2 Resultados operacional e financeiro

a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Em 23 de abril de 2024, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Pernambuco. As novas tarifas entraram em vigor em 29 de abril, com efeito médio -2,69%, sendo -2,63% para a baixa tensão e -2,85% para clientes da em alta e média tensão.

A variação da Parcela A foi de -1,4%, totalizando R\$ 5.284,4 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 21,5% nos encargos setoriais, 5,9% nos custos com Transmissão de energia e pela redução de -8,3% nos custos de compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 257,00/MWh. Já a variação da Parcela B foi de -4,40% (R\$ 2.365,0 milhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de -4,26%, deduzida do Fator X, de 0,14%.

Em 12 de maio de 2023, a Aneel aprovou o Reajuste Tarifário da Neoenergia Pernambuco e entrou em vigor no dia 14 de maio, com efeito médio de 9,02% para os consumidores (10,41% para alta e média tensão e 8,51% para baixa tensão). Os fatores que mais impactaram no cálculo do reajuste foram os custos com compra e transporte de energia, além dos componentes financeiros.

A variação da Parcela A foi de 6,1%, totalizando R\$ 5.238 milhões, impactada principalmente pelos aumentos de 21,4% nos encargos de transmissão e 8,7% nos custos com compra de energia, além de 0,21% em função de MMGD na apuração das perdas técnicas. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 279,12/MWh. Já a Parcela B não apresentou variação, totalizando R\$ 2.323 milhões, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 0,17%, deduzida do Fator X, de 0,17%.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais indicadores e índices macroeconômicos que influenciam as operações realizadas pela Companhia são:

- Receitas
 - PIB: Um crescimento do PIB tende a refletir um aumento do consumo de energia elétrica.
 - Inflação: os índices IGP-M e IPCA reajustam as tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - Taxa de câmbio (dólar americano): índice de parte da parcela de reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica.
 - CDI: indicador a qual a maioria das aplicações estão vinculadas.
- Despesas
 - CDI: principal indexador das dívidas da Companhia. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.
 - Taxa de Câmbio (dólares americanos): parte da compra do gás para geração da energia é corrigida pela variação cambial
 - Inflação: repercute nos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Ambiente Macroeconômico

No início de 2024, as projeções indicavam um cenário de desaceleração do crescimento nas principais economias do mundo e de normalização da inflação, permitindo a adoção de políticas monetárias menos restritivas pelos bancos centrais.

No entanto, no primeiro semestre de 2024, as economias internacionais e o Brasil continuaram enfrentando desafios inflacionários. Nos Estados Unidos, a economia manteve um crescimento moderado com um mercado de trabalho aquecido, levando o Federal Reserve (FED) a adiar o início da redução das taxas de juros, mantendo-as estáveis entre 5,25% e 5,50%. No Brasil, a volatilidade cambial e a deterioração na percepção de disciplina fiscal resultaram na interrupção do ciclo de cortes de juros em junho de 2024, com a Selic a 10,50%.

No segundo semestre de 2024, os Estados Unidos iniciaram seu ciclo de cortes de juros, encerrando o ano na faixa de 4,25% a 4,50%. Apesar desse movimento, o FED adotou um discurso mais cauteloso em relação à inflação e ao crescimento econômico americano.

No Brasil, por outro lado, o Banco Central retomou o ciclo de alta dos juros, com a Selic encerrando 2024 em 12,25%. Esse movimento foi acompanhado por uma acentuada desvalorização do real em relação ao dólar (-21,82%), resultando no pior desempenho anual desde 2020.

Entre as variáveis macroeconômicas, a inflação medida pelo IPCA encerrou 2024 com alta acumulada de 4,83%, acima do teto da meta do Banco Central. A projeção de crescimento do PIB para 2024 atingiu 3,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as expectativas do início do ano, de 2,0%.

O índice Ibovespa encerrou 2024 com uma retração de 10,36%, refletindo a combinação do cenário macroeconômico mais desafiador do país. Diante desse cenário, investidores estrangeiros retiraram R\$ 24,2 bilhões da B3 em 2024, maior volume de saques em 9 anos.

2024

Em 2024, o resultado financeiro foi -R\$ 989 milhões, em linha com 2023 de -R\$ 993 milhões, conforme detalhado a seguir:

Melhora de R\$ 30 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com 2023, explicada majoritariamente pela redução de 2,16 pontos percentuais do CDI no período (70% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador). Entretanto, houve o aumento de 7% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas).

A Renda de Aplicações Financeiras apresentou piora de R\$ 7 milhões, quando comparada ao ano anterior, explicada pelos seguintes fatores:

- (i) Redução do rendimento médio (efeito negativo de R\$ 9 milhões): seguindo a redução de 2,16 pontos percentuais no CDI acumulado no período;
- (ii) Aumento de 3% do volume médio aplicado (efeito positivo de R\$ 2 milhões).

2023

Em 2023, o resultado financeiro foi de -R\$ 993 milhões (-R\$ 246 milhões vs. 2022), conforme detalhado a seguir:

2.2 Resultados operacional e financeiro

Piora de R\$ 78 milhões no resultado do serviço da dívida na comparação com 2022, explicada majoritariamente pelo aumento de 8% no saldo médio da dívida da empresa em relação ao ano anterior, devido às captações direcionadas para Capex e capital de giro da Companhia (principalmente para atender a expansão do mercado e melhorar os padrões de qualidade e de eficiência operacional na distribuidora, bem como para o combate de perdas comerciais e técnicas). Além disso, houve o aumento de 0,65 ponto percentual do CDI no período (71% do endividamento da companhia está atrelado ao indexador).

A Renda de Aplicações Financeiras apresentou piora de R\$ 51 milhões, quando comparada ao ano anterior, explicada pelos seguintes fatores:

- (i) Redução de 38% do volume médio aplicado (efeito negativo de R\$ 46 milhões);
- (ii) Redução do rendimento médio (efeito negativo de R\$ 5 milhões).

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos 2 últimos anos:

Índices	2024	2023
CDI	10,88%	13,04%
TJLP	6,89%	7,05%
Δ USD¹	1,3510	-0,3764
IPCA²	4,87%	4,68%
IPCA³	4,83%	4,62%

Nota 1: variação cambial entre 30/dezembro a 30/dezembro.

Nota 2: considera a inflação contabilizada no ano (M-I).

Nota 3: considera a inflação contabilizada no ano.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2023

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2022

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2021

As alterações nos pronunciamentos contábeis emitidas pelo CPC e com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021 não geraram diferenças nas práticas contábeis já adotadas.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 não foram introduzidos ou alienados nenhum segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Leilão da Oferta Pública de Conversão de Registro

Em 20 de abril de 2022, a Neoenergia e a Companhia divulgaram comunicado ao mercado informando que, o Conselho de Administração da Neoenergia aprovou o lançamento de oferta pública de aquisição de ações ordinárias ("ON") e de ações preferenciais classe "A" ("PNA") e classe "B" ("PNB"), para conversão de registro de emissor categoria A para categoria B da Neoenergia Pernambuco ("OPA").

A OPA de Conversão de Registro (a) foi destinada à aquisição de até a totalidade das ações em circulação de emissão da Neoenergia Pernambuco, e (b) lançada ao preço de R\$42,02 por ON; R\$42,02 por PNA e R\$46,22 por PNB, a pagar em moeda corrente nacional aos acionistas que aderirem à OPA de Conversão de Registro, nos três casos deduzido e ajustado (a) pelo valor de dividendos, juros sobre capital próprio e outros proventos eventualmente declarados pela Neoenergia Pernambuco até a data do leilão da OPA e (b) por eventuais alterações no capital social da Neoenergia Pernambuco, como bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos de ações, realizadas até a data do leilão da OPA ("Preço por Ação"). Os outros termos e condições da OPA, incluindo os demais relativos ao Preço por Ação, foram descritos no edital da OPA.

Em 3 de outubro de 2022, a Neoenergia e a Companhia divulgaram novo comunicado ao mercado informando que, naquela data ocorreu o resultado do leilão da OPA. Como resultado do Leilão, a Neoenergia adquiriu 29.637 ONs, 6.620.985 PNAs e 162.156 PNBs, as quais, em conjunto, representam 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco, calculado com base no total de ações emitidas, excluída as ações em tesouraria. As ações foram adquiridas pelos preços de R\$42,02 por ON, R\$42,02 por PNA e R\$46,22 por PNB, totalizando o valor de R\$286.953.986,76. Com a liquidação do Leilão, que ocorreu em 5 de outubro de 2022, remanesceram em circulação 250.506 ONs, 481.997 PNAs e 179.910 PNBs, que representavam 1,22% do capital social total da Neoenergia Pernambuco.

Em 28 de outubro de 2022 a Neoenergia adquiriu a participação dos minoritários, que representam 9,13% do capital social da Neoenergia Pernambuco e conforme previsto no Edital da Oferta Pública para Conversão de Registro, foi aprovado o resgate e cancelamento da totalidade das ações de emissão da Neoenergia Pernambuco que remanesceram em circulação após leilão da OPA de Conversão de Registro representativas de 1,22% do seu capital social.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2021 não ocorreram constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Comentários sobre os eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021 não ocorreram eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras.

Valores em R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
LAJIDA	1.400.594	1.331.217	1.287.041

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Conciliação do LAJIDA - R\$ mil	Exercício social terminado em:		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
(=) Lucro Líquido	5.977	156.766	376.306
(+) Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	(4.008)	66.297	130.914
(-) Resultado Financeiro	993.651	746.663	437.738
(+) Depreciação e Amortização	404.974	361.491	342.083
(=) LAJIDA	1.400.594	1.331.217	1.287.041

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA é um indicador não contábil comumente utilizado no mercado para demonstrar uma aproximação da geração operacional de caixa decorrente das atividades da empresa, não considerando os efeitos dos impostos e contribuição sobre o lucro e o resultado financeiro, bem como a depreciação e amortização dos ativos permanentes. Adicionalmente por ser um indicador de referência de mercado, também é um importante instrumento de avaliação do desempenho do negócio quando comparado com empresas do mesmo setor e demais setores da economia.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS e tampouco deve ser considerado isoladamente como alternativa a outros indicadores financeiros, como seus fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA é apresentado como informação adicional porque a Companhia acredita se tratar de um indicador importante de seu desempenho operacional para os investidores. No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com as IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou, ainda, como medida da lucratividade da Companhia. Além disso, os cálculos da Companhia seguem o disposto na Instrução CVM 156/2022 e podem não ser comparáveis a outras medidas similares utilizadas por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente.

2024:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 17 de fevereiro de 2025.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2023:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 06 de fevereiro de 2024, que contemplava a divulgação do evento subsequente abaixo descrito:

Em 02 de janeiro de 2024, a Companhia captou o montante de R\$ 436, via 13ª emissão de debêntures com prazo de vencimento em até 10 anos.

2022:

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023.

Não houve qualquer evento subsequente às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social findo que as altere substancialmente.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando

A Diretoria Executiva das empresas do Grupo Neoenergia, quanto a destinação dos resultados sociais, levará em consideração, em seu planejamento estratégico, objetivos específicos e mensuráveis que buscam otimizar a rentabilidade e criação de valor para o acionista de forma sustentável considerando a legislação aplicável e princípios de governança corporativa reconhecidos.

	2024	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>(i) O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido, apurado nos termos da Lei, destinará 5% para constituição da Reserva Legal, até que seu montante atinja 20% do Capital Social; e</p> <p>(ii) O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da Lei 11.638/2007 reconhecido no resultado da Companhia foi transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis.</p>	
a.i. Valores das Retenções de Lucros	<p>O movimento das reservas de lucros no final do exercício foi de:</p> <p>(i) Reserva de retenção de lucros R\$ 70.235 mil.</p>	<p>O movimento das reservas de lucros no final do exercício foi de:</p> <p>(i) Reserva de incentivo fiscal: R\$ 3.232 mil; (ii) Reserva de retenção de lucros R\$ 2.059 mil.</p>
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	75,0%	88,5%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que: (i) o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendo mínimo obrigatório após as deduções previstas nas regras sobre retenção de lucros descrito no item 2.7.a; (ii) a Companhia poderá levantar balanços intercalares e, com base neles, distribuir dividendos, desde que total de dividendos pagos nesses balanços não exceder o montante de reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do art. 182 da Lei nº 6.404/76; e (iii) o valor dos juros, pago ou creditado, a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.429, de 26/12/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela sociedade para todos os efeitos legais; As ações preferenciais classe “A” terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, de 10% ao ano sobre o lucro líquido, e no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais classe “B” terão prioridade na distribuição de dividendo e reembolso de capital, somente após a distribuição de dividendos e reembolso de capital das preferenciais classe “A”, e terão direito a dividendos de no mínimo 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.</p>	
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A Companhia segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição de lucro líquido uma vez ao ano. Entretanto, nos termos do Estatuto Social, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários e Juros sobre Capital Próprio mais de uma vez ao ano, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.</p>	
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p><u>Reserva de Incentivo Fiscal:</u> O valor relativo ao incentivo SUDENE, apurado a partir da vigência da Lei 11.638/2007 é contabilizado no resultado do exercício e posteriormente transferido para a conta de Reserva de Lucro (Reserva de Incentivo Fiscal – SUDENE), devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, portanto não podendo ser distribuído como dividendos.</p> <p><u>Financiamento:</u> Os contratos de financiamentos não possuem restrições de pagamentos de dividendos acima do mínimo obrigatório, desde que a Companhia esteja adimplente com suas obrigações contratuais.</p>	
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	<p>A política de destinação do resultado está disposta no Capítulo VI, do Estatuto Social da Companhia, disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (http://ri.neoenergia.com/governanca/estatutos/).</p>	

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Comentários sobre os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, que não tenham sido registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

ii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

	Compra de Energia
2026	3.387
2027	3.568
2028	3.823
2029	3.852
2030	4.053
Entre 2031 e 2035	24.170

Fonte: DFP (R\$ MM)

iii. Contratos de construção não terminada

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de construção de infraestrutura de longo prazo como segue:

	Construção de Infraestrutura
2026	916
2027	999
2028	1.029
2029	1.060
2030	1.088
Entre 2031 e 2035	6.051

Fonte: DFP (R\$ MM)

iv. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve contratos de recebimentos futuros de financiamentos, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve outros itens, que não tenham

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

 sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve transações que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens, que não tenham sido registrados nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Neoenergia Pernambuco

Em 2023, a NEOENERGIA PERNAMBUCO investiu um montante de R\$ 847.231 mil e investimento direto líquido de R\$ 803.794 mil, dos quais R\$ 459.819 mil na expansão do sistema elétrico com construção e ampliação de subestações, construção de linhas e ligações de clientes, conforme detalhado na tabela a seguir para 2023, bem como para os anos de 2022 e 2021:

Investimento em R\$ mil Natureza Investimento	2023	2022	2021
Expansão de Rede	(459.819)	(450.597)	(335.519)
Programa Luz para Todos	-	-	-
Novas Ligações	(331.552)	(304.833)	(261.854)
Novas SE's e RD's	(122.027)	(136.521)	(73.642)
Renovação de Ativos	(157.773)	(149.923)	(82.559)
Melhoria da Rede	(58.141)	(76.825)	(56.530)
Perdas e Inadimplência	(86.994)	(145.609)	(128.647)
Outros	(57.897)	(109.495)	(101.348)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(26.607)	(19.902)	(70.232)
(=) Investimento Bruto	(847.231)	(952.351)	(774.836)
SUBVENÇÕES	16.831	34.907	11.297
(=) Investimento Líquido	(830.401)	(917.445)	(763.539)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	26.607	19.902	70.232
(=) Investimento Direto Líquido	(803.794)	(897.543)	(693.306)

A Neoenergia Pernambuco pretende investir entre os anos de 2024 a 2028 um montante bruto de cerca de R\$ 5,2 bilhões, ou descontando as subvenções que a Companhia receberá, de R\$ 5,0 bilhões.

Tais investimentos visam à expansão e reforço de suas redes de distribuição para suportar o crescimento econômico de sua área de concessão, garantindo assim a capacidade energética devida, bem como robustez de sua infraestrutura, assegurando a confiabilidade e a qualidade do serviço prestado.

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

A Neoenergia Pernambuco financia parte do seu Programa de Investimentos por meio de linhas de crédito providas de bancos de desenvolvimento e agências multilaterais, bem como o mercado de capitais doméstico, por meio de debêntures de infraestrutura.

Em março de 2023, a Neoenergia Pernambuco firmou um contrato de financiamento classificado como verde com o JICA e MUFG, no total de R\$ 703 milhões. Esse montante foi totalmente desembolsado em abril de 2023. Além disso, a empresa captou R\$ 2,8 milhões junto ao BNDES em junho de 2023, referente ao saldo restante do contrato firmado em setembro de 2020 com o banco. Adicionalmente, foram captados R\$ 764 milhões via 16ª emissão de debêntures.

2.10 Planos de negócios

Em 2022, a Neoenergia Pernambuco recebeu R\$ 286 milhões do BNDES, referente ao contrato firmado em setembro de 2020. O total informado refere-se a duas liberações que ocorreram no primeiro semestre de 2022, nos valores de R\$ 254 milhões e R\$ 32 milhões respectivamente. Adicionalmente, a Companhia captou R\$ 1,2 bilhão via 12ª emissão de debêntures e R\$ 450 milhões via 2ª emissão de Notas Comerciais.

Em 2021, a Neoenergia Pernambuco recebeu R\$ 424 milhões do BNDES, referente ao contrato firmado em setembro de 2020. Adicionalmente, a Companhia captou R\$ 900 milhões via 4131 com swap junto aos bancos Sumitomo e Scotiabank, R\$ 500 milhões via 11ª Emissão de Debêntures e R\$ 500 milhões via 1ª Emissão de Notas Comerciais.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não existem desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável. Não existem outras aquisições relevantes já divulgadas pela Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) são regulados pela ANEEL e cumprem o que determina a Lei 9.991/2000, nas quais as empresas de distribuição devem destinar 0,50% da sua receita operacional líquida (ROL) para Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, 0,50% em Programas de Eficiência Energética (EE) e para as empresas de geração e transmissão devem ser 1% de sua ROL apenas em Programas de PDI.

A Companhia, além de cumprir esse dispositivo regulatório, define o tema inovação como um dos seus valores, ratificando a intenção de manter seu parque tecnológico atualizado e, ao mesmo tempo, a sua pretensão de desenvolver e manter em sua empresa os conhecimentos necessários para a adequada prestação de seus serviços e a consolidação de seu posicionamento estratégico.

Os programas anuais de PDI podem ser constituídos de um ou mais projetos, cooperados entre as empresas ou não, e, no período de 2021 a 30 de setembro de 2023, são propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PROP&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A partir de 1º de outubro de 2023, deverão ser propostos de acordo com as instruções dispostas nos Procedimentos do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação — PROPD.

Segundo as diretrizes básicas do Programa de PDI, todo projeto de PDI deve ser enquadrado em uma das fases da cadeia da inovação, podendo ser classificado como pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, cabeça de série, lote pioneiro ou inserção no mercado.

Considerando esses conceitos, os 23 projetos de PDI em andamento da Companhia, no período de 2021 a 2023, listados abaixo, referem-se às fases da cadeia de inovação da pesquisa básica dirigida, da pesquisa aplicada ou do desenvolvimento experimental sendo considerados projetos de pesquisa:

- PD-2290-0051/2016 – Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica. O projeto tem como cooperadas as empresas Termopernambuco, Itapebi, Baguari I, EAPSA, Teles Pires, além das distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco. O projeto tem como objetivo a implantação de uma planta piloto de geração

2.10 Planos de negócios

heliotérmica, do tipo cilindro parabólico, com campo solar de 5.16 MWte, bloco de potência de 0,5 MW e sistema de armazenamento térmico de 3h, que será conectada ao processo industrial da Santa Efigênia Agropecuária, parceira nesse projeto.

- PD-00043-0316/2016 – Sistema de Detecção de Água em Óleo de Transformador Usando Micro-ondas. O projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern. O projeto objetiva desenvolver um Sensor baseado em micro-ondas para monitorar e detectar o teor de água no óleo de transformador por meio do monitoramento permanente (on-line) dos transformadores de SEs na faixa de 1ppm, elevando consideravelmente o nível de confiabilidade e vida útil do transformador por manter a fração de água sempre em níveis bem abaixo do máximo estabelecido pela norma. A solução compreende um sistema portátil, tão confiável quanto a cromatografia, que realiza medidas em tempo real de forma contínua utilizando radiação na faixa de micro-ondas, enviando estes valores a um banco de dados da concessionária.
- PD-00043-0516/2016 – Otimização Multiobjetivo de Recursos Energéticos Distribuídos visando Sustentabilidade e Confiabilidade em Microrredes Isoladas incluindo Sistema de Armazenamento de Energia com Baterias. O projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Pernambuco, Itapebi, Termopernambuco, Teles Pires, Neoenergia Coelba e Neoenergia Cosern, e tem como objetivo o desenvolvimento de uma metodologia para otimização de gerenciamento de sistema híbrido de geração de energia fotovoltaica (PV), diesel e sistema de armazenamento de energia (SAE), baseada e validada em projeto piloto operando em região isolada. O projeto piloto contará com duas tecnologias de baterias, Li- Íon e Fluxo de Vanádio, operando em simultâneo.
- PD-00047-0083/2018 – Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro. Propõe-se o Estudo da aplicação de microrredes como solução em massa para universalização, investigando tecnologias, custos e ganho socioeconômico para os eletrificados em 6 plantas piloto. A partir de dados dos pilotos, será desenvolvido gerenciador de energia para microrredes com presença de supercapacitores.
- PD-00047-0082/2019 – Desenvolvimento de Tecnologias de Armazenamento de Energia Elétrica para uso em Equipamento da Rede de Distribuição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro. Tem como objetivo desenvolver Tecnologia de armazenamento de energia para utilização nos equipamentos de rede com a finalidade de prolongar a vida útil das fontes de armazenamento de energia (em geral, 2 anos) equiparando-as aos equipamentos de rede (acima de 10 anos).
- PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes – Módulo de Medição. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro. Pretende-se desenvolver uma Metodologia e construir laboratórios para a validação de protocolo de medição e comunicação garantindo interoperabilidade para todas as camadas do modelo OSI. Na camada de aplicação, será desenvolvido o padrão brasileiro do protocolo DLMS. Nas camadas mais baixas, propõe-se o uso dos protocolos PRIME e WI-SUN.
- PD-00047-0085/2019 – Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro. O objetivo é desenvolver uma torre móvel em plataforma veicular para estruturas de subtransmissão em 69 e 138kV, com altura útil de 16m e esforço de 1500kgf a serem rebocados por uma caminhonete, com homologação do CONTRAN. Quando necessário, o transporte será feito por trator e escavadeira em locais de difícil acesso.
- PD-00040-0024/2020 – Sistema de Diagnóstico, Inspeção e Cadastro Automático de Ativos Elétricos

2.10 Planos de negócios

utilizando VANTs. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro. O objetivo do projeto é desenvolver um VANT (Veículo aéreo não tripulado) autocarregável com dois propósitos: inspeções em linha de distribuição e transmissão e cadastro remoto de ativos. Atualmente na área de distribuição são realizadas coletas das imagens para análise pelo operador, para que, em um segundo momento sejam analisados os defeitos via software. Os VANTs são aplicados, principalmente na coleta de imagens a longas distâncias. Existem, também, projetos de PDI vinculados a ANEEL para a realização de inspeções visuais em linhas de distribuição, no entanto nestas pesquisas, os robôs eram fixos à linha e/ou não permitiam realizar coleta de imagens em 3D.

- PD-00047-0090/2020 – SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro - Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro. Tem como objetivo: Metodologia e ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das distribuidoras do grupo Neoenergia, considerando cenários de trajetória regulatória, de evolução das redes, do comportamento do consumidor, modelos econômicos e inserção de recursos energéticos distribuídos.
- PD-00043-0122/2022 - Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens O objetivo do projeto é desenvolver um sistema com inteligência artificial para identificação de não conformidade de ações por equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos. O projeto é cooperado entre as distribuidoras da Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília.
- PD-00385-0074/2022 - Previsão Climática: Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia - Consiste no desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das Distribuidoras da Neoenergia. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.
- PD-02290-0054/2022 – Sistema de Produção Local de Hidrogênio Verde, a partir de Energia Solar Fotovoltaica, e sua Aplicação em Demandas Eletromobilidade. O projeto é cooperado entre as empresas Termopernambuco, Itapebi, Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Elektro e Neoenergia Brasília. O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de solução de produção local de Hidrogênio Verde, a partir de energia solar fotovoltaica para aplicação em empilhadeira industrial e em mobilidade (abastecimento veicular).

Em 2021, foi encerrado 01 projeto, sendo ele: **(i)** PD-0043-0316/2016 - Sistema de Detecção de Água em Óleo de Transformador usando micro-ondas.

Em 2022, foram encerrados 05 projetos: **(i)** PD-00043-0516/2016 – Otimização Multiobjetivo de Recursos Energéticos Distribuídos visando Sustentabilidade e Confiabilidade em Microrredes Isoladas incluindo Sistema de Armazenamento de Energia com Baterias; **(ii)** PD-00047-0082/2019 - Desenvolvimento de tecnologias de armazenamento de energia elétrica para uso em equipamento da rede de distribuição; **(iii)** PD-00047-0085/2019 - Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV; **(iv)** PD-00047-0090/2020 - SMARTF: Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro; **(v)** PD-2290-0051/2019 - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Heliotérmica de Energia Elétrica.

2.10 Planos de negócios

Em 2023, foi encerrado 01 projeto, sendo ele: (i) PD-00047-0083/2018 - Desenvolvimento de Tecnologia para Inserção de Microrrede em Sistemas Isolados.

Estão em andamento os 05 seguintes projetos: (i) PD-00047-0086/2019 – GODEL - Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Elétricas Inteligentes - Módulo de Medição; (ii) PD-00040-0024/2020 - Sistema de diagnóstico, inspeção e cadastro automático de ativos elétricos utilizando VANTs; (iii) PD-00043-0122/2022 - Desenvolvimento de sistema de Inteligência Artificial para identificação de não conformidade de ações de campo e utilização de EPIs por imagens; (iv) PD-00385-0074/2022 - Previsão Climática: Previsão para até 10 anos de temperatura máxima e sensação térmica para o planejamento energético das distribuidoras da Neoenergia; e (v) PD-02290-0054/2022 – Sistema de Produção Local de Hidrogênio Verde, a partir de Energia Solar Fotovoltaica, e sua Aplicação em Demandas Eletromobilidade.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Pernambuco em projetos de PDI em fase de pesquisa de PDI (pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de PDI, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2023, R\$ 3.861.985,63
- Em 2022, R\$ 380.237,95
- Em 2021, R\$ 278.999,01

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

No desenvolvimento de projetos no Grupo Neoenergia, que geram novos produtos e serviços, também são incluídos os projetos do programa de PDI que pertencem às fases da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado.

Dessa forma, no período de 2021 a 2023, a Neoenergia Pernambuco desenvolveu os 12 projetos descritos abaixo:

- PD-00040-0023/2018 - Lote pioneiro do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento. Foram realizados dois projetos de PDI ANEEL anteriores, nas fases de desenvolvimento experimental e cabeça de série que demonstraram a viabilidade técnica e de implantação prática de um equipamento capaz de realizar a aferição de medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor. Assim, o presente projeto pretende prosseguir na cadeia de inovação, testando o equipamento desenvolvido como cabeça de série em maior escala, com equipes em campo. Neste projeto, está prevista a presença da indústria que permitirá que o produto final seja desenvolvido com características de mercado, incluindo a viabilidade econômica para produção e comercialização em série. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Cosern, Neoenergia Pernambuco e Neoenergia Elektro.
- PD-00047-0084/2019 - Lote Pioneiro de Equipamento para Identificação e Cadastro de Equipamentos de Redes de Distribuição de Energia Elétrica. Os projetos PD-0047-008/2006, PD-0077-0027/2009 e PD-0047-0067/2012 criaram uma solução para otimizar a gestão dos ativos da concessionária. Atualmente, têm-se o uso intensivo de documentos em papel nos processos logísticos. Geralmente, esses documentos são preenchidos à mão, sujeitos a grafia ilegível e a erros. Esses documentos são processados por digitadores, aumentando a probabilidade da propagação de informações incorretas, pois não há crítica dos dados no lançamento das informações na base cadastral. A aderência físico-contábil da base cadastral é imprescindível para concessionária, uma vez que é determinante para o

2.10 Planos de negócios

reajuste tarifário promovido pela Aneel. A solução será aprimorada permitindo sua adoção na íntegra inclusive com a integração dos sistemas de softwares desenvolvidos ao sistema corporativo da empresa. Serão feitas adequações aos requisitos de TI e a migração dos formulários para plataforma dos smartphones com sistema operacional Android. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.

- PD-00385-0071/2019 – Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto. O projeto será o aprimoramento tecnológico do equipamento robotizado para poda de árvores próximas às redes de distribuição de até 46 kV desenvolvido anteriormente, que incluía um sistema de trituração e armazenamento dos resíduos da poda. Considerando-se essa nova etapa do projeto serão realizados: montagem, testes e entrega de 2 equipamentos. O projeto tem como principal motivação a redução dos riscos envolvidos na metodologia tradicional de poda que utiliza caminhão de linha viva com o eletro-arborista operando manualmente as ferramentas de poda de dentro do cesto aéreo. O equipamento desenvolvido minimizará os riscos ao operador e queda de galhos sobre a rede, além de necessitar de uma equipe reduzida de três pessoas. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00385-0070/2019 - Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro. Tem como objetivo transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados para melhorar o desempenho dos indicadores de serviço ao cliente e tornar mais eficiente o atendimento humano e digital. Será realizado o redesenho dos diversos perfis de clientes na era digital, além do desenvolvimento e aplicações de novas soluções digitais para atender às necessidades atuais e futuras.
- PD-00043-0119/2019 - Antenas inteligentes – Cabeça de série. No projeto de pesquisa anterior foi desenvolvido um Sistema de Antenas Inteligente chaveado com aplicação Piloto na Subestação de Gravatá/PE, na qual se encontravam três chaves repetidoras telecomandadas localizadas em uma "região de sombra", dentro de um setor de 180°, e raio de 10 km, em relação à subestação de Gravatá. A motivação do Projeto atual é expandir o sistema de antenas inteligente, já desenvolvido e testado, para uma abrangência de 360°. Isto é, permitir a comunicação do COI com qualquer chave religadora localizada dentro de círculo com raio de 15 km, para que possa substituir o sistema de comunicação clássico, existente, de forma a ficar permanentemente em operação, e que possa ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio. Participam deste projeto as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern e Neoenergia Pernambuco.
- PD-00043-0087/2019 - Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha. Este projeto é cooperado entre as empresas Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e a Termopernambuco, e visa desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Neoenergia Pernambuco, com potencial de reprodutibilidade em outros ambientes e envolvimento de empresas e entidades locais. Também objetiva soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis com proposição de *roadmap* evolutivo.
- PD-00047-0087/2019 - Criação de corredor verde no Nordeste e postos de carregamento urbano para avaliação do desempenho de veículos híbridos e elétricos. Este projeto é cooperado as empresas Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e a Termopernambuco. O projeto prevê a criação de um corredor verde no Nordeste (trecho entre Salvador-BA e Natal-RN), contendo 11 estações de recarga em rodovia (50kW) e mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW). O projeto visa a avaliação de um novo modelo de negócio para as empresas do setor elétrico.

2.10 Planos de negócios

- PD-00385-0069/2019 - Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro. O produto principal deste projeto é um Caminhão elétrico para manutenção de redes de distribuição, com desenvolvimento de conjunto inteligente para o gerenciamento da recarga e de sistema seguro e eficiente para recargas do veículo na própria rede da concessionária.
- PD-00047-0088/2019 - GODEL - Sensor Inteligente para Redes Elétricas de 69kV. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro, e visa desenvolver o cabeça de série do sensor inteligente em linha de 69kV. A relevância de um sensor inteligente em linha de 69kV é a rápida localização da falta, além de um permanente monitoramento on-line das principais grandezas elétricas. Com estas informações é possível, de imediato, se obter a localização da falta e, com os dados históricos do comportamento da linha, fazer análises preditivas visando potenciais problemas de sobrecargas e consequente instabilidades da linha, podendo ser ainda processados por algum sistema do tipo Analytics.
- PD-00043-0121/2020 - Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Pernambuco, Neoenergia Cosern, Neoenergia Coelba e Neoenergia Elektro, tendo como objetivo o Desenvolvimento de uma fonte de corrente para medição de resistência de aterramento em Subestações (SE) energizadas. Na fase inicial do projeto (Fase CS), serão considerados aspectos relativos ao aperfeiçoamento do protótipo desenvolvido em projeto de PDI anterior (Fase de desenvolvimento experimental). Na segunda fase do projeto (Fase LP), serão considerados aspectos relativos à produção em “escala piloto” para ensaios de validação, análise de custos e refino de projeto, com vistas à produção industrial e/ou à comercialização do produto.
- PD-00047-0091/2021 – GODEL - Concentrador de dados de medição – Multilink. Este projeto é cooperado entre as distribuidoras Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro e Neoenergia Pernambuco. O conceito de redes elétricas inteligentes prevê a utilização de soluções de telecomunicações e de tecnologia da informação para tornar o sistema elétrico mais eficiente, confiável e sustentável. O monitoramento dos dados gerados pelos dispositivos em campo será cada vez mais confiável e resiliente quanto maior o uso de múltiplos meios de comunicação, tais como rádios ponto a ponto, rádios mesh, modems celulares, modems via satélite e modems de fibra óptica, que venham a prover redundância na comunicação e possibilitando a escolha do melhor meio para cada caso específico. Neste contexto, o objetivo desse projeto é evoluir o desenvolvimento do Concentrador Multilink, criado originalmente no projeto PD-00047-0080/2017 que criou a solução que integra todos esses meios de comunicação em um único equipamento. O equipamento deverá otimizar a operação, a instalação e a logística de manutenção da rede de distribuição, simplificando processos e reduzindo custos de implantação e de manutenção.
- PD-00047-0092/2022 – Cabeça de Série Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV. Consiste no desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis e aprimoramento de tecnologia para uso de torres de emergência móveis em redes de subtransmissão. O projeto é cooperado entre a Neoenergia Coelba, Neoenergia Elektro, Neoenergia Cosern, Neoenergia Brasília e Neoenergia Pernambuco.

Em 2022, foram encerrados 03 projetos: **(i)** PD-00040-0023/2018 - Lote pioneiro do aferidor de medidores de energia elétrica sem interrupção no fornecimento; **(ii)** PD-00047-0084/2019 - Sistema de Identificação de Equipamentos por Radiofrequência – SIERF e **(iii)** PD-00047-0088/2019 – GODEL - Sensor Inteligente para linhas de 69 kV - Cabeça de Série.

Em 2023, foi encerrado 01 projeto, sendo ele: (i) PD-00043-0119/2019 - Antenas inteligentes – Cabeça de

2.10 Planos de negócios

série.

Estão em andamento os seguintes projetos: **(i)** PD-00385-0070/2019 - Transformação Digital da Experiência do Cliente Neoenergia; **(ii)** PD-00043-0087/2019 - Aplicações Ambientalmente Sustentáveis da Mobilidade Elétrica para a ilha de Fernando de Noronha; **(iii)** PD-00047-0087/2019 - Corredor Verde e Postos de Carregamento para Avaliação do Desempenho de Veículos Híbridos e Elétricos; **(iv)** PD-00385-0069/2019 - Desenvolvimento de Caminhão Elétrico para Manutenção de Redes de Distribuição de Energia; **(v)** PD-00043-0121/2020 - Sistema de Medição da Resistência de Aterramento em Subestações Usando Fonte de Injeção de Corrente; **(vi)** PD-00047-0091/2021 – GODEL - Concentrador de Dados de Medição – Multlink; **(vii)** PD-00047-0092/2022 – Cabeça de Série Torre de Emergência Móvel para Linhas de Subtransmissão em 69 e 138kV; e **(viii)** PD-00385-0071/2019 – Desenvolvimento de Equipamento para Poda de Árvores próximas a Redes de Distribuição de até 46 kV com Controle Remoto.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais investidos pela Neoenergia Pernambuco nos projetos de pesquisa e desenvolvimento (fase da cadeia de inovação: cabeça de série, lote pioneiro e inserção de mercado), somados aos recursos destinados à gestão do Programa de PDI, corresponderam aos seguintes valores:

- Em 2023, R\$ 11.456.795,90
- Em 2022, R\$ 17.406.954,03
- Em 2021, R\$ 20.735.203,81

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2023, o Grupo Neoenergia ampliou seu compromisso ESG, adicionando mais 14 metas às 16 aprovadas em 2022, fechando o ano com 30 compromissos a serem alcançados em 2025 e em 2030, previamente aprovados pelo Conselho de Administração. As metas consideram os temas avaliados como materiais para a gestão sustentável e o compromisso com os ODS.

A execução da estratégia ESG+F gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados à estratégia e ao modelo de negócios da companhia:

- ✓ Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
- ✓ Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
- ✓ Normas e políticas de governança corporativa.

As iniciativas seguem a Política Geral de Desenvolvimento Sustentável da Neoenergia, que determina os princípios gerais e fundamenta as bases que devem reger a estratégia de sustentabilidade. Dessa forma, a companhia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o êxito de seu projeto.

Consistente com seu modelo de negócios sustentável, a Neoenergia está posicionada como um dos principais e pioneiros grupos empresariais do Brasil com financiamento ESG. Tudo isso com o triplo objetivo de (i) alinhar sua estratégia financeira com seu propósito, valores e estratégia de investimento, (ii) otimizar o custo de sua dívida e (iii) diversificar suas fontes de financiamento, transformando a sustentabilidade em um meio e fim ao mesmo tempo pela força financeira que busca e pela qual se caracteriza.

O Grupo Neoenergia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição, cujo principal objetivo é formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

2.10 Planos de negócios

O Grupo Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante:

- no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7); e
- na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13).

O Grupo Neoenergia mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). O Grupo Neoenergia, através da Holding, segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Em linha com tais objetivos, e tendo em vista a tendência global de transição energética, com aumento da demanda por energia limpa, com o mercado de carbono em processo de regulamentação mundial e os incentivos a produtos e serviços com baixa pegada de carbono, a companhia busca exercer um protagonismo nesse movimento, fortalecendo e ampliando o segmento de energias renováveis (eólica e solar),

Seguimos trabalhando em parcerias estratégicas para fomentar novas tecnologias, descarbonização e soluções industriais limpas. Assinamos memorandos de entendimento com empresas e governos estaduais para no médio e longo prazo desenvolver projetos de hidrogênio verde e eólica offshore, e temos participado ativamente da construção da regulamentação dessas soluções energéticas no país.

Além do esforço na execução de projetos sustentáveis, a companhia reformulou seu Sistema de Governança e Sustentabilidade em torno de critérios ESG+F (environmental, social and governance + financial, ou, na tradução para o português, aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, mais financeiros), tendo emitido seu primeiro título verde em 2019, pela holding Neoenergia e desde então tem intensificado seu financiamento por meio desse tipo de instrumento, com inúmeras outras emissões, e em seus diferentes aspectos: operações públicas e privadas, dívida sênior e subordinada (títulos híbridos), emitidas da Corporação ou de outras subsidiárias (debêntures verdes da holding Neoenergia).

Em dezembro de 2021, a holding Neoenergia assinou um empréstimo verde de 200 milhões de euros com o BEI para financiar projetos renováveis no Brasil, elevando o valor total financiado pelo BEI para a Neoenergia no final de 2021 para € 457 milhões.

No final de 2022, o Grupo Neoenergia tinha um total de 19 títulos verdes emitidos pela Corporação no valor total aproximado de 10 bilhões de reais, destinados ao financiamento de projetos renováveis e de transmissão ou distribuição no Brasil.

Ao final de 2023 a Neoenergia Pernambuco já tinha certificado o montante de R\$ 1,6 bilhão em financiamentos verdes.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Exercício de 2023

Não aplicável

Exercício de 2022

Em 2022, adotamos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia de Covid-19 nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar o Grupo Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

Exercício de 2021

Gradativamente, em Setembro/2021 iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em Dezembro/2021 já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combate à pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

Medidas associadas à Covid-19

Restrições operacionais temporárias para distribuidoras

Foi publicada em 26 de março de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 928/2021, impondo restrições operacionais para preservar a segurança do atendimento aos consumidores devido à pandemia. As principais medidas adotadas foram a vedação da suspensão do fornecimento para determinados grupos de consumidores (residencial baixa renda, usuários de equipamentos vitais, entre outros), a suspensão do prazo nonagesimal para corte do fornecimento (todos os consumidores), e a postergação do pagamento pelas distribuidoras das compensações por violação dos limites de continuidade individuais e de conformidade de tensão. A resolução, que tinha vigência inicial até 30 de junho de 2021, foi prorrogada até 30 de setembro de 2021 por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 936/2021, de 15 de junho de 2021.

Reequilíbrio das distribuidoras

Foi divulgada em 23 de novembro de 2021 a Resolução Normativa ANEEL nº 952/2021, que trata da correção dos desequilíbrios econômicos decorrentes da pandemia, do estabelecimento da metodologia de cálculo da sobrecontratação involuntária resultante da redução de carga durante a crise sanitária e da definição dos critérios para ressarcimento aos consumidores de custos associados à operação de crédito da Conta-Covid em 2020.

Medidas associadas à Crise Hídrica

Criação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) – jun/21

A Medida Provisória nº 1.055 instituiu a CREG, que teve como competência a definição das diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para a operação dos reservatórios das usinas hidrelétricas do País, envolvendo definições para limites de uso, armazenamento e

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

vazão, preservando as competências dos órgãos e entidades responsáveis pela implementação das diretrizes. A vigência da CREG foi até 30/12/2021.

Programa de Resposta à Demanda – ago/21

O programa já existe desde 2017, mas em agosto de 2021 o MME o instituiu para unidades consumidoras do SIN, de forma a recompensar os cidadãos que reduzirem em até 10% o consumo, com um bônus de R\$ 50 para cada 100 kWh economizados. O programa teve duração até dezembro de 2021 e foi válido para aqueles que reduziram o consumo entre 10% e 20%.

Bandeira Tarifária de Escassez Hídrica – set/21

Criada para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia, a bandeira Escassez Hídrica foi estabelecida em R\$14,20 a cada 100 kWh consumidos e passou a valer para todos os consumidores de setembro/21 a abril/22, com exceção dos beneficiários da tarifa social.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. **se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia, como parte integrante do Grupo Neoenergia, conta com uma Política Geral de Gestão de Risco Corporativo, cuja última atualização foi aprovada pelo Conselho de Administração da Neoenergia em 18 de abril de 2024, que define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia. Nesta atualização, definiu-se em todas as políticas o (*Environmental, Social, Governance and Financial Materiality*, “ESG+F”, sua sigla em inglês), que engloba os aspectos ambientais, sociais e de governança, alinhados com os compromissos ESG divulgados pela Companhia ao mercado no ano de 2022 e atualizados em 2023, além da inclusão do Risco Climático.

A Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é o marco de gestão de risco corporativo da Companhia e define os princípios básicos, diretrizes e estrutura para gestão de riscos para o Grupo Neoenergia e é complementada pelas políticas de risco corporativas e políticas de riscos para os negócios, também aprovadas pelo Conselho de Administração. No âmbito do negócio, o Grupo Neoenergia possui a (i) Política de Risco do Negócio Liberalizado, dos riscos que contemplam as atividades de geração termelétrica e a comercialização de energia; (ii) Política de Risco do Negócio de Renováveis, dos riscos que contêm as atividades de geração hidráulica, solar e eólica e (iii) Política de Risco para o Negócio de Redes, dos riscos que englobam as atividades de distribuição e transmissão de energia. As políticas corporativas contemplam: Riscos Financeiros, Riscos de Crédito, de Investimento, de Compras, de Seguros, Risco Reputacional, de TI, de Cibersegurança, Ações em Tesouraria e Saúde e Segurança no Trabalho.

No início de 2024, as 14 políticas vigentes foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, tendo seus limites e referências atualizadas.

- b. **Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

O objetivo da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo é estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de riscos, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz.

De forma complementar, as políticas de risco para os negócios e as corporativas de risco definem regras, procedimentos, níveis de exposição, indicadores e limites de risco específicos, conforme descrito a seguir:

- Política de Risco de Crédito: estabelece a possibilidade do não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, incluindo o risco de falência e custo de substituição, como inadimplência ou ‘não performance’, originando uma perda econômica, financeira ou não-financeira para as empresas do grupo. As contrapartes podem ser clientes finais, contrapartes em mercado financeiro ou mercado de energia, sócios, fornecedores, entidades financeiras e seguradoras, dentre outros.
- Política de Riscos Financeiros: estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão de riscos de financeiros, com destaque para regras e limites sobre mitigação de risco cambial e de taxas de juros, instrumentos para gestão de liquidez e solvência, estratégia de ALM, avaliação de *hedges* naturais, covenant regulatório de sustentabilidade econômico-financeira, diversificação de instrumentos de dívida, volume de caixa mínimo e utilização de instrumentos derivativos.
- Política de Seguros: estabelece os princípios e diretrizes para controle e gestão de seguros com o objetivo de mitigar a exposição do grupo Neoenergia contra os seus riscos operacionais, de construção, cibernéticos e de responsabilidade civil.
- Política de Investimentos: estabelece os princípios e diretrizes para análise, acompanhamento, controle da gestão dos riscos associados dos novos projetos de investimento e desinvestimento do grupo Neoenergia.
- Política de TI: define a gestão integrada que permite um enfoque tecnológico global e procura assegurar uma adequada gestão das tecnologias de informação, segurança, e os riscos associados, mantendo um equilíbrio entre a geração de benefícios, a otimização dos níveis de risco e o uso eficiente dos recursos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Política de Cibersegurança:** estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos derivados de ameaças e vulnerabilidades dos sistemas de controle ou sistemas de informação e comunicações do Grupo Neoenergia ou de qualquer outro ativo que faça parte da ciberinfraestrutura do grupo, incluindo os ativos de informação.
- **Política de Risco Reputacional:** estabelece os princípios e o marco para gestão do risco de reputação e imagem, com potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos grupos de interesse.
- **Política de Compras:** estabelece o controle e gestão dos riscos associados aos processos de compras em geral, incluindo o risco crédito, do negócio, regulatório, operacional, reputacional e cibersegurança em todo o grupo Neoenergia, com especial ênfase no cumprimento dos compromissos éticos e de sustentabilidade do grupo, relacionados aos seus fornecedores. Adicionalmente, atribui as responsabilidades e a delegação de autoridade em cada etapa do processo de compras, garantindo uma segregação adequada de funções e o pleno respeito da organização corporativa.
- **Política de Ações em Tesouraria:** estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos das operações com ações de emissão da Neoenergia, realizadas diretamente pela Companhia.
- **Política de Saúde e Segurança no Trabalho:** estabelece os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e a gestão de riscos de saúde e segurança. Esta política enfatiza a importância do tema, baseando-se em alguns princípios básicos: saúde e segurança devem ser prioridade, conscientização de todos os colaboradores sobre saúde e segurança no trabalho, vigilância contínua e adequação do colaborador no seu posto de trabalho, melhoria contínua, com obtenção e manutenção de certificações relacionadas à saúde e segurança, cumprimento dos marcos legislativo, laboral, tecnológico, além de normativos internos, exigência do cumprimento das normas de saúde e segurança estabelecidas pelo grupo Neoenergia por parte dos contratados terceirizados e fomentar a cultura de prevenção, adotando as melhores práticas internacionais.
- **Política de Riscos do Negócio Liberalizado:** estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração térmica e comercialização de energia, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia no ambiente de contratação livre. Estabelece ainda limites e regras para mitigação do risco hidrológico, benchmarking, risco financeiro e de volume para a exposição do portfólio de energia do grupo.
- **Política de Risco para o Negócio de Redes:** estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de distribuição e transmissão de energia, com destaque para diretrizes específicas e limites de risco relacionadas ao nível de contratação de energia, aos índices dos processos de unitização, investimentos e gastos para eficiência na revisão e reajuste tarifário, ao índice de inadimplência e perdas, ao volume de investimentos, à qualidade do serviço aos respectivos covenants regulatórios de qualidade, à operação e manutenção da rede e à gestão de empresas prestadoras de serviços, dentre outros.
- **Política de Risco do Negócio de Renováveis:** estabelece os princípios, diretrizes e limites para controle e gestão dos riscos associados ao negócio de geração de energia renovável, com destaque para diretrizes específicas de risco em gestão de energia nos ambientes de contratação livre e regulado, em operação e manutenção e em novos investimentos, índices de disponibilidade, ressarcimento, variabilidade dos recursos, revisão de garantia física, dentre outros.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Os principais riscos para os quais a Companhia pode estar exposta e busca gerir e mitigar envolvem:

- **Negócio:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à incerteza das variáveis intrínsecas aos negócios, como por exemplo, o balanço de oferta/demanda de energia elétrica e a estratégia dos demais agentes.
- **Financeiro:** Possibilidade de perdas econômicas ou financeiras devido à exposição a variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros, preços de commodities, preços e taxas de ativos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

financeiros, dentre outros.

- Mercado de Energia: entendido como a exposição dos resultados e patrimônio do grupo às variações de preços e de outras variáveis de mercado, como por exemplo, movimentos adversos nos preços de energia no curto e longo prazo e aos efeitos de outros fatores e riscos que impactem os preços de energia;
- Crédito: definidos como a possibilidade do não cumprimento de obrigações financeiras e contratuais de contrapartes, incluindo o risco de falência e custo de substituição, como inadimplência ou 'não performance', originando uma perda econômica, financeira ou não-financeira para as empresas do grupo. As contrapartes podem ser clientes finais, contrapartes em mercado financeiro ou mercado de energia, sócios, fornecedores, entidades financeiras e seguradoras, dentre outros.
- Regulatórios e políticos: são aqueles provenientes de criação ou alteração nas normas estabelecidas pelos órgãos reguladores sobre as quais o setor elétrico ampara suas operações, tais como mudança no grau de controle das atividades reguladas e condições de fornecimento, ou ainda, sobre a regulamentação ambiental ou fiscal, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios em cada jurisdição, a nacionalização ou expropriação de ativos, cancelamento de licenças, descumprimento parcial ou total dos contratos e risco legal ou de fraude.
- Operacionais, tecnológicos, ambientais, sociais e legais: são os referidos à ocorrência de perdas econômicas ou financeiras, diretas ou indiretas, resultantes de eventos externos ou de processos internos inadequados, incluindo os provenientes de:
 - - falhas tecnológicas, erros humanos e obsolescência tecnológica;
 - - operação e construção de instalações;
 - - sabotagem e / ou terrorismo;
 - - associados a operações de mercado;
 - - compras e cadeias de suprimentos;
 - - cibersegurança e sistemas de informação, incluindo os riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados 13.709/18;
 - - saúde e segurança dos colaboradores, terceiros e comunidade, de ação direta ou indireta da Neoenergia;
 - - licenciamento ambiental;
 - - questões fundiárias;
 - - violação de direitos humanos;
 - - conformidade regulatória;
 - - confiabilidade das informações financeiras e não financeiras;
 - - fraude e corrupção; e
 - - litígios, arbitragens e contingências fiscais.
- Reputacionais: potencial impacto negativo no valor do grupo Neoenergia devido à conduta, comportamento e posicionamento da empresa em desacordo com as expectativas criadas pelos diversos grupos de interesse, tal como definidos na Política de Relação com Grupos de Interesse, incluindo os comportamentos ou condutas relacionadas à corrupção.
- ESG+F (**Environmental, Social, Governance and Financial Materiality**, sua sigla em inglês): Conjunto de riscos relacionados aos aspectos ambientais, sociais e de governança com potencial impacto no desempenho econômico-financeiro, bem como na sua reputação. Esta avaliação englobará - sem se restringir a estes aspectos - o engajamento dos stakeholders, matriz de dupla de materialidade, sustentabilidade da cadeia de valor, avaliações e planos de ação relacionados ao risco de mudança climática, biodiversidade, meio ambiente, responsabilidade social e direitos humanos, bem como ao risco de não atendimento às obrigações regulatórias estabelecidas pela CVM, B3 e demais órgãos competentes aplicáveis.
- **Risco de não cumprimento das Metas ESG+F:** risco associado ao potencial não atingimento das Metas ESG+F divulgadas à mercado. Do ponto de vista de Gestão de Riscos, propõe-se subindicadores de risco (KRIs - Key Risk Indicators) para o acompanhamento da evolução ao longo do ano, de modo a verificar possibilidades de eventuais desvios no atingimento das metas e, caso necessário, propor, em conjunto com as áreas envolvidas, um plano de ação. Para alguns indicadores também será necessário o detalhamento

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

qualitativo de como o atingimento de determinada meta ESG+F está sendo realizado. A Superintendência de Gestão de Riscos, irá acompanhar o cumprimento dos KRIs, de modo a verificar possibilidades de eventuais desvios no atingimento das metas. O acompanhamento será realizado de acordo com o Procedimento de Acompanhamento de Riscos Associados às Metas ESG+F da Neoenergia. Especificamente, a governança da Neoenergia deverá ter um papel importante para apoiar na estratégia de longo prazo de acompanhar o risco de não cumprimento dos compromissos ESG+F divulgados ao mercado, assim como o risco de não atendimento de obrigações regulatórias e contratuais, bem como boas práticas vigentes no mercado e setor de energia, vinculadas a temática ESG na Companhia.

- a) **Risco Ambiental:** possibilidade de perdas ocasionadas por eventos associados à efeitos e transformações provocadas pelas ações da Companhia nos aspectos do meio ambiente físico e degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais, que se refletem, por interação, nas condições ambientais que envolvem a vida humana.
- b) **Risco Social:** possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à violação de direitos humanos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum.
- c) **Risco de Governança:** derivam do eventual não cumprimento (i) da legislação aplicável, (ii) do disposto pelo Sistema de Governança e Sustentabilidade, (iii) das boas práticas de mercado e recomendações de seus órgãos reguladores, (iv) dos padrões internacionais relacionados à governança.

As eventuais consequências podem ser: (i) a impugnação judicial, que podem incluir acordos societários, (ii) a divergência entre acionistas, (iii) o recebimento de notificações de órgãos reguladores, de acionistas minoritários e outros stakeholders atingidos, (iv) o desinvestimento ou desvalorização das ações do grupo Neoenergia (v) vinculação de notícias negativas e baixa avaliação de satisfação de clientes.

- d) **Materialidade Financeira (*Financial Materiality*):** são fatores ESG que podem ter um impacto significativo – tanto positivo quanto negativo – no modelo de negócios e nos drivers de valor de uma empresa, como crescimento de receitas, margens, capital necessário e risco.
- e) **Risco de não cumprimento das Metas ESG+F:** risco associado ao potencial não atingimento das Metas ESG+F divulgadas à mercado. Do ponto de vista de Gestão de Riscos, propõe-se subindicadores de risco (KRIs - Key Risk Indicators) para o acompanhamento da evolução ao longo do ano, de modo a verificar possibilidades de eventuais desvios no atingimento das metas e, caso necessário, propor, em conjunto com as áreas envolvidas, um plano de ação. Para alguns indicadores também será necessário o detalhamento qualitativo de como o atingimento de determinada meta ESG+F está sendo realizado. A Superintendência de Gestão de Riscos, irá acompanhar o cumprimento dos KRIs, de modo a verificar possibilidades de eventuais desvios no atingimento das metas. O acompanhamento será realizado de acordo com o Procedimento de Acompanhamento de Riscos Associados às Metas ESG+F da Neoenergia.

Especificamente, a governança da Neoenergia deverá ter um papel importante para apoiar na estratégia de longo prazo de acompanhar o risco de não cumprimento dos compromissos ESG+F divulgados ao mercado, assim como o risco de não atendimento de obrigações regulatórias e contratuais, bem como boas práticas vigentes no mercado e setor de energia, vinculadas a temática ESG na Companhia.

- f) **Risco Climático:** risco associado as mudanças climáticas e fenômenos naturais extremos, sendo definido em duas vertentes:
 - i. **Risco climático de transição:** refere-se aos impactos negativos econômicos, financeiros e a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da transição para uma economia de baixo carbono e adaptação às mudanças climáticas. Podendo ser: regulações mais rigorosas, mudanças nas políticas energéticas, precificação de carbono, tecnologias emergentes, entre outros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- ii. **Risco climático físico:** possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo.

A Companhia, na gestão do negócio, analisa estes riscos e define estratégias para gerenciar o impacto sobre seu desempenho, em consonância com sua Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e demais políticas aplicáveis.

Além disso, também se considera como mecanismos de proteção quanto aos riscos descritos no item 4.1 o monitoramento periódico dos limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração, a execução e acompanhamento das ações contínuas e dos planos de mitigação dos riscos, com reporte periódico de tais informações aos fóruns competentes, com destaque para o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, a Diretoria e os demais comitês ou comissões relacionadas à atividade de gestão de riscos na Companhia.

i. Instrumentos utilizados para proteção

A gestão e mitigação dos riscos é resultado do processo de identificação dos riscos que é realizado junto às áreas responsáveis, Planos de Curto e Longo Prazo e Objetivos Corporativos da Companhia.

Após sua identificação, os riscos são classificados de forma padronizada de acordo com as seguintes características: categoria; relevância; evolução em relação ao período anterior; descrição dos fatores de risco; horizonte de tempo; impacto; probabilidade de ocorrência; e gestor do risco.

Com a identificação e classificação dos riscos, são discutidos e propostos indicadores, ações de mitigação, planos de ação e os respectivos responsáveis. A consolidação dessas informações compõe o mapa de riscos que são segregados em curto e longo prazo, encaminhados pela Superintendência de Gestão de Riscos para aprovação pela Diretoria, periodicamente.

A Superintendência de Gestão de Riscos tem a função de monitorar a evolução, os impactos e a probabilidade de ocorrência dos riscos, o que inclui o acompanhamento das ações de mitigação e planos de ação.

O Conselho de Administração aprova anualmente os limites de riscos que são parte integrante das políticas de risco aprovadas para a Companhia ou negócios específicos.

Especificamente em relação à eventual exposição a situações que infrinjam a legislação anticorrupção, combate à lavagem de dinheiro e demais desvios de conduta em virtude das relações da Companhia com autoridades, órgãos reguladores e a administração pública em geral, a Companhia conta com um programa de integridade, aplicado irrestritamente a todas as empresas do grupo Neoenergia, mantido e gerido por uma Unidade de Compliance corporativa, subordinada hierarquicamente ao Conselho de Administração da Neoenergia, por meio do Comitê de Sustentabilidade, dotada de independência e autonomia, bem como uma unidade de compliance da própria Companhia, subordinada ao seu Conselho de Administração, responsáveis por estabelecer medidas de prevenção a riscos de corrupção e prática de atos ilícitos, bem como ações de reação a situações de não conformidade porventura identificadas. Dentre essas medidas e ações destacam-se:

- Disponibilização para todos os colaboradores e executivos de todos os documentos de integridade (Código de Ética, políticas e procedimentos de integridade e de combate à corrupção);
- Treinamentos de executivos e colaboradores sobre o Código de Ética, Política Contra a Corrupção e a Fraude e Política de Prevenção de Delitos, bem como comunicações internas, com o objetivo de fortalecer uma cultura de integridade e de tolerância zero em relação à corrupção e atos ilícitos. No ano de 2023, 11.654 colaboradores do Grupo Neoenergia, sendo 760 da Companhia, participaram de ações de treinamento e comunicação sobre o Código de Ética e o Sistema de Compliance da Companhia. Destes 402 são líderes, sendo 22 da Companhia, tiveram treinamento específico do Código de Ética para liderança;
- Avaliação de riscos de corrupção e prática de delitos, envolvendo a identificação, qualificação, mitigação e monitoramento dos riscos de compliance a que a empresa está exposta;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Processos de due diligence de fornecedores e em doações e patrocínios;
- Processos de avaliação de risco de compliance em operações de M&A;
- Procedimentos específicos para relacionamento com agentes públicos, conforme disciplinado na Norma de Relacionamento com o Poder Público;
- A Companhia possui um canal de denúncias, anônimo e independente, gerido externamente por empresa especializada, que pode ser utilizado por todos os profissionais do grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias ao Código de Ética, às políticas de integridade e à lei;
- Procedimentos de investigação: A Companhia possui uma estrutura para identificar condutas irregulares e proceder com as investigações para apurar os fatos, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos para a eliminação de não conformidades;
- Canal de consultas éticas para colaboradores: Ferramenta disponível para esclarecer rapidamente as dúvidas de todos os profissionais da Companhia relacionadas à aplicação do Código de Ética e demais documentos de integridade;
- Cláusula anticorrupção e procedimentos de due diligence de fornecedores: Além do Código de Ética, a Companhia também adota um modelo de cláusula anticorrupção para seus contratos e procedimentos de due diligence de integridade para relacionamento com fornecedores, por meio de Questionário de Integridade, pesquisas reputacionais e classificação de risco, conforme estabelecido na Política de Compras e no Procedimento de Due Diligence de Fornecedores;
- Certificação/validação externa e independente do Sistema de Compliance e de Gestão Antissuborno.

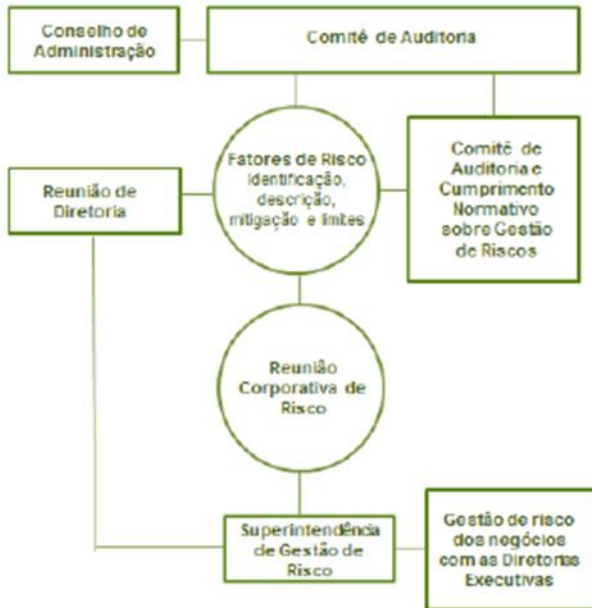
Em 2023 o Canal de Denúncias da Companhia recebeu 495 relatos, sendo que destes relatos 264 foram classificados como denúncias fora de escopo e 231 foram admitidos a trâmite pela Superintendência de Compliance. Nenhum dos relatos recebidos apontou condutas que, ainda que potencialmente, violassem: i) a Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção; ii) Lei nº 9.613/1998 - Lei de Lavagem de Dinheiro; iii) Lei de Improbidade Administrativa e de licitações; ou iv) Lei nº 13.260/2016 - Lei de Combate ao Terrorismo; v) o *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) ou o *UK Bribery Act*. O tratamento dos relatos considerados como procedentes contemplou mudanças nos processos internos para mitigação de riscos e aplicação de medidas disciplinares, conforme cada caso.

Por fim, a Auditoria Interna realiza uma supervisão independente e objetiva de avaliação, destinada a agregar valor e melhorar as operações da organização, por meio do aprimoramento dos instrumentos destinados à gestão de riscos, controles internos, compliance e processos de governança.

ii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em 2023, a estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Neoenergia é ilustrada conforme a seguir:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



- Conselho de Administração: responsável pela aprovação da Política Geral de Gestão de Risco Corporativo e suas atualizações; pela aprovação das Políticas Específicas de Gestão de Riscos e seus respectivos limites de risco; e pelo acompanhamento periódico da evolução dos indicadores de risco.
- Comitê de Auditoria: responsável por análises, recomendações e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco a fim de suportar as decisões do Conselho de Administração;
- Reunião de Diretoria: responsável pela aprovação dos mapas de riscos estratégicos; pela gestão e acompanhamento da evolução dos indicadores de risco; por garantir o alinhamento entre a estratégia organizacional e a gestão de riscos; pela integração da gestão de riscos aos objetivos estratégicos das Companhias e dos negócios do Grupo.
- Reunião Corporativa de Risco: fórum responsável pela exposição dos fatores riscos, avaliação dos mapas de riscos estratégicos, acompanhamento dos limites, indicadores e plano de ação.
- Superintendência de Gestão de Risco Corporativo: No ano de 2023, a área de risco reportou-se à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores. A área é responsável por atualizar, coordenar e implantar as políticas de gestão de riscos; elaborar os mapas de riscos estratégicos em conjunto com os pontos focais dos riscos; definir, acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e corporativas; elaborar os relatórios de acompanhamento para a Diretoria, Comitê de Auditoria e para o Conselho de Administração; buscar melhorias contínuas do processo de gestão de riscos e disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia.
- Áreas de negócios e corporativas: responsável por auxiliar na elaboração dos mapas de riscos estratégicos; pela proposta, acompanhamento e cumprimento dos indicadores e limites de riscos estabelecidos; pela proposta, execução e controle dos planos de ação e estratégias de mitigação de riscos conforme aprovações nas alçadas competentes; por agir proativamente na gestão e mitigação dos riscos, assegurando o papel da área de negócio como a primeira linha de defesa na gestão e controle dos riscos; pelo acompanhamento constante das condições externas de forma a antecipar e mitigar riscos que possam gerar impactos negativos para a Companhia e para o grupo.

Adicionalmente, a gestão de risco corporativo é complementada pela estrutura organizacional de Governança, Riscos, Compliance e Controles Internos da Companhia, que inclui:

- I. **As superintendências de Auditoria Interna, a Unidade de Compliance e a Superintendência de Controles Internos do grupo e de suas Companhias, que garantem o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas.**

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Estes órgãos, em conjunto Gestão de Risco Corporativo e as áreas de negócios e corporativas, complementam e fortalecem a estrutura de gerenciamento de riscos criando três linhas de defesa:



Neste modelo, as áreas de Negócio são a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos; as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecidas pela Administração (Risco Corporativo, Controles Internos e Compliance) são a segunda linha de defesa; e a avaliação independente feita pela Auditoria Interna é a terceira linha de defesa.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

A Administração entende que sua estrutura operacional está adequada para garantir o cumprimento das diretrizes da política geral de gestão de risco corporativo, além de considerá-la alinhada às melhores práticas de mercado. A gestão dos riscos permeia todos os níveis hierárquicos do grupo Neoenergia e envolve as superintendências de Auditoria Interna, Controles Internos e Compliance, além de todas as áreas de negócios ou corporativas definidas como responsáveis por cada risco mapeado.

Cabe destacar ainda que Auditoria Interna é responsável por verificar o cumprimento das políticas e demais normativos da Companhia associados ao plano anual de trabalhos, que se baseia em riscos. O plano anual de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

trabalhos da Auditoria Interna é referendado pelo Comitê de Auditoria visando apoiar a realização dos objetivos estratégicos da Companhia e é posteriormente aprovado pelo Conselho de Administração, incluindo tópicos e normativos relacionados à gestão de riscos, tais como:

- Auditoria sobre os controles de monitoramento dos limites e indicadores das políticas de riscos;
- Auditorias anuais relativas ao cumprimento do Código de Ética; e,
- Revisão semestral do funcionamento dos controles mais críticos do Sistema de Controle Interno sobre a Informação Financeira.

A Auditoria Interna está estruturada para testar o cumprimento das diretrizes e políticas, enquanto a área de Controles Internos está estruturada para garantir o controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, onde ocorre a divulgação específica das estratégias envolvendo derivativos. Além disso, auxilia as áreas de negócio na identificação da necessidade de criação e melhoria de controles, bem como a eficiência e eficácia dos processos administrativos e operacionais. Os resultados dessas auditorias são reportados diretamente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração da empresa.

O Comitê de Auditoria tem como objetivo assegurar que as atividades da auditoria interna estejam alinhadas com os objetivos da Companhia, por meio da definição de diretrizes políticas de atuação e aprovação do plano de auditoria. Também compete ao Comitê a revisão das deficiências de Controles Internos apontadas nos relatórios de auditoria e a análise das medidas de correção adotadas, bem como acompanhamento e atuação na regularização dos pontos de auditoria.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e da Política de Risco de Crédito.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

A Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento. Juntamente com duas outras Superintendências: Riscos e Auditoria Interna, e com a Unidade de Compliance, atua nas tratativas dos temas correlatos.

A Companhia implementou e mantém um ambiente de controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras e não financeiras, adotando como principal referência o modelo do COSO 2013 - Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission. Tal referência é utilizada no âmbito de todas as empresas do grupo, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios e boas práticas de governança corporativa e sustentabilidade.

O ambiente de controles internos é suportado por sistemas, os quais proporcionam maior segurança e confiabilidade aos processos. Dentre os diversos sistemas periféricos que também possuem controles automatizados implementados, destacamos o sistema de gestão SAP-R3 com seus módulos principais e o SAP-BPC responsável pela consolidação das contas contábeis, que gerenciam um número elevado dos controles automatizados. Para assegurar a adequada segregação de função e as premissas de aprovação adotadas pela Administração, a Companhia possui a norma de limites e alçadas documentada e implementada no sistema SAP R3. Os perfis de acesso estão parametrizados no sistema SAP, e os conflitos mapeados e controlados por meio de ferramenta específica SAP-GRC. Para a criação, liberação e alteração de perfil, existe um fluxo de aprovação envolvendo os líderes de área, proprietários das informações, usuários chave, Controles Internos e TI.

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Superintendência de Controles Internos da Companhia tem a atribuição de auxiliar a Administração no desenho e implantação dos controles sobre as demonstrações financeiras, além de outros indicadores financeiros e não financeiros, baseados no relatório de sustentabilidade, seguindo as melhores práticas de mercado.

Para tanto, foi elaborada uma metodologia e regimento de trabalho visando envolvimento das áreas de negócio, padronização e qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os controles internos da Companhia sobre os relatórios financeiros e não financeiros destinam-se ao oferecimento de garantias com relação à preparação e à apresentação adequada das demonstrações financeiras publicadas e o relatório de sustentabilidade (modelo GRI). Assim como ocorre em qualquer sistema de controles internos e devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre os relatórios financeiros e não financeiros eventualmente poderá não impedir ou detectar declarações inverídicas.

Com relação aos controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia adota em seu modelo de controles internos as referências do COSO 2013, utilizando ferramenta de apoio informatizada e online para sua documentação, monitoramento e certificação das informações financeiras e controles, conferindo transparência e confiabilidade aos números da Companhia. Além destes, são realizados diversos trabalhos de mapeamento de processos e desenho de controles, visando à melhoria contínua e a maior confiabilidade dos processos.

A efetividade dos controles internos é testada pela área de Auditoria Interna da Companhia. Os testes são realizados seguindo a metodologia estabelecida pela Auditoria Corporativa do Grupo Neoenergia. Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e

5.2 Descrição dos controles internos

integridade das informações financeiras e não financeiras, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Os resultados destes testes contribuem para o fortalecimento da eficiência dos controles, confiabilidade e integridade da informação financeira, bem como para a disseminação da importância destas ações dentro da organização.

Vale ressaltar que em 2022 a Companhia iniciou o desenvolvimento do modelo de controles Internos para suportar a geração e divulgação das informações contidas no Relatório de Sustentabilidade. O modelo, estrutura e ferramenta, serão similares aos utilizados para as informações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Na Companhia, a avaliação dos controles internos é conduzida por meio de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento do Grupo Neoenergia, Diretoria Executiva, Superintendências de Controles Internos e, Riscos e Unidade de Compliance, além da Auditoria Interna e áreas de negócio. Compete ao Conselho de Administração ter ciência das deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas no ambiente de controles internos da Companhia validando as ações cabíveis para mitigação das deficiências encontradas. O Conselho Fiscal é um órgão ligado aos acionistas, cuja competência é, dentre outras, fiscalizar as ações praticadas pelos administradores, opinar sobre as contas da Companhia (incluindo, mas não se limitando, a demonstrações financeiras e modificações de capital) e acompanhar a evolução dos tratamentos de GAP's levantados pelos Auditores Independentes e Auditores Internos.

Cabe ao Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento, em especial ao Comitê de Auditoria, composto na Neoenergia assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implantação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance; e, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

A Companhia não dispõe de Comitês estatutários ou não-estatutários em funcionamento, mas para o Grupo Neoenergia existem os Comitês: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Sucessão, Comitê de Partes Relacionadas, Comitê Financeiro e Comitê de Sustentabilidade, instalados em sua controladora.

Ao Comitê de Sustentabilidade compete a supervisão das atividades da Unidade de Compliance em relação ao cumprimento normativo e condução do Sistema de Compliance, bem como avaliação do plano de trabalho desta Unidade.

A Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes.

Reitera-se que a Companhia possui uma Superintendência específica para os assuntos referentes a Controles Internos, a qual reporta para a Diretoria Executiva de Controle Patrimonial e Planejamento e comunica mensalmente a alta administração uma síntese do ambiente de controle do Grupo. Existem ainda três outras Superintendências, as quais sejam, (i) Riscos, que se reporta à Diretoria Executiva de Finanças e Relações com Investidores, (ii) Compliance, que se reporta à Unidade de Compliance da Neoenergia, que por sua vez responde ao Conselho de Administração, por intermédio do Comitê de Sustentabilidade e (iii) Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, sendo que tais Superintendências atuam em conjunto para as tratativas dos temas correlatos. Abaixo estão listadas as principais atribuições de cada uma.

5.2 Descrição dos controles internos

Superintendência de Controles Internos: (i) elaborar e executar o plano de trabalho de mapeamento de processos, identificar riscos e desenhar controles para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e não financeiras; (ii) promover semestralmente por parte da alta administração, certificação formal das informações financeiras divulgadas ao mercado; (iii) acompanhar a evolução do ambiente de controle da Companhia, monitorando a implantação e execução dos controles, e, (iv) reportar mensalmente o status de controle à Diretoria Executiva e periodicamente aos órgãos de assessoramento do Conselho de Administração por meio de relatórios e apresentações.

Superintendência de Gestão de Riscos: (i) identificar, avaliar e monitorar riscos em consonância com o COSO-ERM (COSO II) e a ISO 31000; (ii) conduzir o processo de elaboração e atualização do mapa de riscos estratégicos da Companhia em conjunto com os pontos focais dos riscos, recomendando ações mitigatórias; (iii) acompanhar e controlar os indicadores, limites e planos de ação para os riscos identificados; (iv) buscar melhorias contínuas no processo de gestão de riscos; (v) suportar o processo de atualização das políticas de riscos, e (vi) disseminar a cultura de gestão de riscos na Companhia e nas suas controladas.

Superintendência de Compliance: responsável pela gestão da Unidade de Compliance da Neoenergia e acompanhamento das unidades de compliance das controladas, cumpre suas funções executivas, envolvendo as seguintes responsabilidades (i) elaborar e manter o programa de integridade em conformidade com o Sistema de Compliance do Grupo Neoenergia; (ii) avaliar as violações ao Código de Ética e demais normativos de compliance; (iii) elaborar políticas e normas de compliance, (iv) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção e fraude na Companhia, v) avaliar riscos e aspectos reputacionais de fornecedores e executivos; vi) conduzir processos de certificação e validações externas do Programa de Integridade, em alinhamento com as melhores práticas de compliance; vii) elaborar o relatório anual das atividades de Compliance e prevenção de delitos; e, viii) desenvolver programas de formação e comunicação sobre ética empresarial para colaboradores e executivos, com o objetivo de fortalecer a cultura de integridade.

Superintendência de Auditoria Interna: dentre outras atribuições, (i) planejar e executar o plano anual de trabalho, recomendando controles para o tratamento dos gaps identificados; (ii) monitorar e reportar para a Diretoria Executiva e comitês de assessoramento do Conselho de Administração sobre o acompanhamento e a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) elaborar o relatório anual de atividades de Auditoria Interna; (iv) estabelecer diretrizes sobre requisitos de qualidade e promoção de certificações globais, promovendo avaliações periódicas da área de Auditoria Interna e, (v) definir as linhas estratégicas e o dimensionamento da função de Auditoria Interna no âmbito do grupo Neoenergia.

Cabe às áreas de negócio participarem do desenho dos controles, implementá-los e executá-los.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Superintendência de Controles Internos reporta diretamente para o Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento e tem a função de monitorar a implementação de controles sobre as informações financeiras e não financeiras, bem como a execução e qualidade das evidências dos mesmos na Companhia. Os planos de ação para mitigação de riscos são propostos pelo Diretor Executivo de Controle Patrimonial e Planejamento em conjunto com as áreas de negócio e aprovados pela Diretoria Executiva.

Além disso, a evolução da implementação dos planos de ação é acompanhada mensalmente pela Diretoria Executiva e periodicamente pelo Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal por meio do reporte feito pela Superintendência de Controles Internos.

As informações apresentadas à Administração sobre o ambiente de controle demonstram principalmente: (i) percentual de controles implementados e não implementados durante as fases dos projetos de expansão da

5.2 Descrição dos controles internos

metodologia aos demais negócios; (ii) percentual de controles executados fora do prazo; (iii) controles executados como não satisfatórios; e, (iv) controles com evidências inadequadas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

De acordo com o relatório preparado e encaminhado por nossos auditores independentes, relativo às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas deficiências significativas.

A Auditoria Interna realiza avaliações sobre a eficácia dos controles internos baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. Os resultados dessas avaliações são reportados à alta administração e ao Comitê de Auditoria.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram identificadas deficiências significativas pela auditoria contratada Deloitte no exercício de 2023. Outras melhorias identificadas nos trabalhos dos Auditores Independentes foram direcionadas pela Administração, e o tratamento está sendo realizado pelas áreas responsáveis com o acompanhamento da Superintendência de Controles Internos.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

O Grupo Neoenergia dispõe de um conjunto normativo que integra seu Sistema de Compliance que lhe permite prevenir, detectar e sanar condutas inadequadas por parte de seus colaboradores, bem como educá-los e treiná-los para o fortalecimento de uma cultura de integridade.

Destaca-se nesse conjunto normativo os seguintes documentos:

- Código de Ética;
- Política Geral de Governança Corporativa e Sustentabilidade;
- Política Contra Corrupção e Fraude;
- Política de Compliance e Proteção ao Informante;
- Política de Compliance para a Defesa da Concorrência;
- Manual de Brindes, Presentes, Hospitalidades e Vantagens;
- Manual de Doações e Patrocínios;
- Política de Compras;
- Política de Risco Reputacional;
- Norma de Limites e Alçadas;
- Manual de Relacionamento com o Poder Público;
- Norma de aplicação de medidas disciplinares;
- Procedimento para Conflito de Interesse e Operações Vinculadas;
- Procedimento de *Due Diligence* de Fornecedores;
- Procedimento de *Due Diligence* de Investimento/Desinvestimento;
- Procedimento de Investigação Interna de Relatos;
- Regimento Interno da Unidade de Compliance; e
- Norma Básica de Auditoria Interna.

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Além dos normativos listados acima, o Grupo Neoenergia e a Companhia dispõem de: 1) sistema de reporte para denúncias associado a equipes para investigação interna; 2) procedimentos para consultas, com o objetivo de permitir aos colaboradores esclarecerem dúvidas sobre o Código de Ética e demais normativos de integridade e sua aplicação no dia a dia; 3) questionários de compliance para fornecedores e proponentes de patrocínios; 4) processo de due diligence para avaliação de fornecedores e beneficiários de doações e patrocínios e processo de due diligence para projetos de investimento; 5) avaliação periódica de riscos de compliance e de prática de delitos; 6) treinamentos periódicos gerais sobre Código de Ética e prevenção da corrupção e treinamentos específicos de temas de integridade para equipes e, 7) avaliação de integridade e reputacional para colaboradores em cargo de liderança e de conselhos.

A avaliação de riscos de integridade é efetuada ou revisada periodicamente pela Unidade Compliance da Neoenergia, por intermédio da Superintendência de Compliance. O Grupo Neoenergia executa diversas

5.3 Programa de integridade

atividades com o objetivo de realizar levantamento de riscos de corrupção e prática de delitos, e, assim, atuar na prevenção e melhoria de seu programa de integridade, garantindo sua efetividade.

Ademais, o monitoramento das condutas de seus colaboradores, por meio de verificações pontuais, bem como pelo tratamento das informações recebidas nos canais de consultas e denúncias, proporciona uma análise das situações e permitem a propositura e implementação de melhorias de processos e procedimentos.

Quanto às políticas de integridade, estas são revisadas periodicamente sempre que necessário, considerando o processo de melhoria contínua do Programa de Integridade.

A Companhia é detentora do Selo Pró Ética, concedido pela CGU, em reconhecimento à efetividade de seu Programa de Integridade, conforme previsto no Decreto nº 8.420/15 e seu sucessor, o Decreto nº 11.129/22. Por sua vez, sua Controladora tem certificação ISO 37001, relacionada com a efetividade de seu processo de gestão antissuborno.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o funcionamento dos mecanismos e procedimentos internos de integridade o Grupo Neoenergia dispõe de uma Unidade de Compliance, órgão colegiado, da qual participa a Superintendência de Compliance, que se reporta ao Conselho de Administração por intermédio de seu Comitê de Sustentabilidade, com independência de atuação e orçamentária, cuja criação foi aprovada formalmente pelo Conselho de Administração, e que tem como principais atribuições: (i) elaborar e manter o programa de ética e integridade, zelando pela efetividade do Sistema de Compliance; (ii) administrar o canal de denúncias e os relatos nele registrados; (iii) investigar e avaliar as violações aos normativos de integridade; (iv) elaborar/revisar políticas e normas de compliance; (v) identificar e conduzir ações de mitigação para os riscos de corrupção, fraude e condutas ilícitas na Companhia; (vi) estruturar e executar treinamentos e comunicação de integridade para os colaboradores da Companhia e, (vii) efetuar due diligences para executivos, conselheiros, fornecedores e em projetos de investimento. A gestão desta Unidade de Compliance fica a cargo da Superintendência de Compliance.

O Grupo Neoenergia dispõe de outros órgãos que tem responsabilidades correlatas com o Programa de Integridade, e que interagem com a Unidade de Compliance e a Superintendência de Compliance: (i) Superintendência de Controles Internos, (ii) Superintendência de Gestão de Riscos e, (iii) Superintendência de Auditoria, cujas atribuições já foram especificadas em 5.3, alínea “b”.

Também fazem parte da estrutura de monitoramento do funcionamento dos mecanismos e procedimentos de integridade do Grupo Neoenergia os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, em especial o Comitê de Auditoria, cuja atribuição é assessorar o Conselho de Administração, principalmente nos seguintes temas referentes ao ambiente de controle: (i) acompanhamento da implantação e execução de controles para mitigação dos riscos de negócio; (ii) acompanhamento da implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pelos Auditores Independentes; (iii) ter conhecimento dos trabalhos conduzidos pela área de Compliance relacionados à eventual fraude contábil ou financeira, (iv) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna.

Além disso, a Diretoria Executiva, em relação ao ambiente de controle, tem como principais atribuições: ter ciência, propor e/ou autorizar e acompanhar a implantação e execução dos controles para mitigação dos riscos de negócio, e acompanhar a implementação de controles internos decorrentes de deficiências identificadas pela Superintendência de Compliance e os Auditores Independentes.

5.3 Programa de integridade

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Grupo Neoenergia possui Código de Ética formalmente aprovado pelo Conselho de Administração, cuja última atualização ocorreu em 18 de abril de 2024.

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados:

O Código de Ética se aplica indistintamente a todos os colaboradores do Grupo Neoenergia, independentemente do cargo, posição hierárquica ou tipo vínculo. Aplica-se também aos seus fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas:

O Grupo Neoenergia possui uma estrutura e previsão normativa para identificar desvios de conduta por meio de investigações, bem como para aplicar eventuais medidas disciplinares cabíveis, além de recomendar aprimoramentos nos processos e procedimentos, a fim de se mitigar o risco de novas ocorrências dos fatos apurados. Na Norma de Medidas Disciplinares também está prevista sanção para não realização dos aceites do Código de Ética e políticas de integridade, bem como, a não realização dos treinamentos obrigatórios de compliance. As sanções previstas e que podem ser aplicadas estão definidas em legislação específica (CLT), e vão desde advertência até demissão por justa causa, a depender da gravidade da conduta, ou ainda rescisão do contrato do executivo ou fornecedor, previsto no próprio Código de Ética e na Norma de Medidas Disciplinares.

Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A atual versão do Código de Ética do Grupo Neoenergia foi aprovada no Conselho de Administração da Neoenergia em 18 de abril de 2024 e divulgada na rede interna da Companhia e no website da Companhia e das respectivas empresas do Grupo, na página de Governança Corporativa - Ética e Integridade - Código de Ética

<https://www.neoenergia.com/documents/d/guest/codigo-de-etica>

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros:

A Companhia possui um canal de denúncias externo, de abrangência interna e externa, gerido por empresa especializada contratada.

ii. Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados:

O Canal de Denúncias pode ser utilizado por todos os profissionais do Grupo Neoenergia e pelo público externo, e se destina ao recebimento de relatos de condutas contrárias a normativos internos (como o Código de Ética e as políticas de integridade) e legislações.

5.3 Programa de integridade

iii. Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé:

O Canal de Denúncias, gerido por empresa especializada seguindo as melhores práticas de mercado, proporciona a preservação da confidencialidade e principalmente o anonimato do denunciante. Adicionalmente, o Código de Ética estabelece a regra de não retaliação aos denunciantes de boa-fé, bem como a Política de Compliance e Proteção ao Informante. A Unidade de Compliance, que é dotada de autonomia, tem poder e autonomia para investigar e recomendar medidas disciplinares para eventuais casos de retaliações ou punições contra aqueles que apresentem denúncias ou reclamações.

iv. Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias:

A Unidade de Compliance, por intermédio da Superintendência de Compliance é o órgão responsável pela gestão de todo o processo de apuração das denúncias, incluindo a realização de investigações.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve casos confirmados nos últimos 3(três) exercícios envolvendo fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Todas as alterações de Gestão de Risco foram inseridas nos itens anteriores.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Neoenergia Pernambuco obteve em 2023 o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pela 2ª vez consecutiva. Ademais, sua Controladora Neoenergia manteve a sua certificação na Norma ISO 37001 (Gestão de Sistemas Antissuborno), com validade até dezembro de 2024.

A Neoenergia, controladora da Companhia, obteve em 2023 o Selo Pró Ética, outorgado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pela 5ª vez consecutiva, além de ter renovada a sua certificação na Norma ISO 37001 (Gestão de Sistemas Antissuborno), com validade até dezembro de 2026.

O grupo ficou entre as empresas mais engajadas em inovação aberta no Brasil. A companhia conquistou o terceiro lugar, no segmento de energia elétrica e renováveis, e ficou entre as 50 melhores na oitava edição do [Prêmio TOP 100 Open Corps](https://www.neoenergia.com/w/neoenergia-open-corps-2023) (<https://www.neoenergia.com/w/neoenergia-open-corps-2023>).

A Companhia, através de sua holding, integra o Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.

A controladora Neoenergia foi uma das ganhadoras do [Prêmio Eco 2023](https://www.neoenergia.com/w/neoenergia-premio-amcham-2023) (<https://www.neoenergia.com/w/neoenergia-premio-amcham-2023>), promovido pela AMCHAM Brasil, um dos maiores reconhecimentos de práticas empresariais de sustentabilidade. Foi concedido a Neoenergia o Troféu Ouro pelos projetos Corredor Verde, Trilha Verde e Caminhão Elétrico, do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Mobilidade Elétrica da companhia.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Neoenergia ganhou o [Troféu Transparência](https://www.neoenergia.com/w/neoenergia-trofeu-transparencia-2023) (<https://www.neoenergia.com/w/neoenergia-trofeu-transparencia-2023>), concedido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC), pela qualidade e transparência das informações financeiras fornecidas ao mercado.

A Neoenergia passou a integrar o índice IDIVERSA B3, primeiro índice de diversidade da América Latina baseado em dois pilares: gênero e raça/cor. A carteira, lançada em agosto/23, é composta por 79 ações.